

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 158

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 25 DE OUTUBRO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Cezar Silvestri</i>

## Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Milton Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
25 DE OUTUBRO DE 2001**  
(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Moysés Leônidas.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Thiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a Ata que acaba de ser lida.  
Aprovada.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e solicita ao 1º secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

(**É procedida a chamada nominal**)

18 senhores deputados responderam à chamada.

Não há quórum para votação, somente para prosseguimento da sessão.

Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 049/2001

Curitiba, 24 de outubro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a permutar por área construída no próprio local da edificação a ser construída nos imóveis de propriedade do Estado do Paraná, constituídos pelas matrículas nº 10.389, denominado lote “B” correspondente ao lote fiscal 011.000, quadra 001, setor 32 do Cadastro Municipal, com 110,00 metros de frente para a Rua Deputado Mário de Barros, perfazendo a área de 12.265,00 m² e nº 10.390, denominado lote “C” correspondente ao lote fiscal 012.000, quadra 01, setor 32, do Cadastro Municipal, com 61,90 metros de frente para a Rua Deputado Mário de Barros, perfazendo a área de 6.808,50 m², localizados no Bairro Centro Cívico e registrados no Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

A medida em referência, consubstancia o resultado de estudos conjuntos realizados pela Secretaria de Estado de Obras Públicas e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e consulta aos superiores interesses públicos, eis que virá ensejar condições no sentido de que, em futuro bem próximo, fiquem solucionadas e atendidas necessidades do Poder Judiciário, para utilização das áreas construídas, nas quais serão instalados órgãos que, indiscutivelmente, terão melhores condições para o exercício de suas relevantes funções.

A forma e os critérios propostos, que têm pleno respaldo legal e constitucional, foram indicados pelos técnicos que discutiam e analisaram o assunto, como a maneira mais adequada e, no momento, melhor indicada para atingimento dos almejados objetivos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessários apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar por fração ideal do solo e respectiva área a ser construída nos imóveis de propriedade do Estado do Paraná, constituídos pela Matrículas nº 10.389, denominado lote "B" correspondente ao lote fiscal 011.000, quadra 001, setor 32 do Cadastro Municipal, com 110,00 metros de frente para a Rua Deputado Mário de Barros, perfazendo a área de 12.265,00 m<sup>2</sup> e nº 10.390, denominado lote "C" correspondente ao lote fiscal 012.000, quadra 01, setor 32, do Cadastro Municipal, com 61,90 metros de frente para a Rua Deputado Mário de Barros, perfazendo a área de 6.808,50 m<sup>2</sup>, localizados no Bairro Centro Cívico e registrados no Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

§ 1º - A permuta será precedida de avaliação dos imóveis e de procedimento licitatório na modalidade de concorrência.

§ 2º - A edificação a ser construída deverá seguir rigorosamente o projeto básico e executivo já existente e de acordo com os parâmetros estipulados pela Comissão de Controle de Obras e Serviços do Centro Cívico.

§ 3º - A edificação a ser construída destinar-se-á ao Poder Judiciário.

Art. 2º - O volume mínimo de edificação construída a ser recebida em pagamento deverá ter o valor expresso em moeda corrente, igual ou superior ao valor obtido na avaliação do imóvel, no percentual da área construída, assim distribuída:

- 1) quantidade de metros quadrados de áreas privativas dos 4º e 5º pavimentos.
- 2) número de vagas de garagem localizadas no subsolo.
- 3) quantidade de metros quadrados de áreas de uso comum, proporcionais as áreas privativas incluídas no item 1 (pavimento interno, circulação, caixa d'água).

Art. 3º - O preço unitário por metro quadrado da obra será o orçado pelos órgãos competentes do Poder Executivo no projeto original, o qual resultará na área que o Estado do Paraná será proprietário, com averbação do prédio após a conclusão do mesmo e outorga da escritura pública de permuta.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar contrato de locação, pelo prazo de dez anos, a partir da data da entrega do imóvel, da parte edificada construída em excedente ao da área permutada.

§ 1º - O contrato de locação a que se refere o *caput* deste artigo poderá ser prorrogado pelo mesmo prazo.

§ 2º - Do edital de licitação deverá constar a obrigação de locação ao Estado do Paraná, da parte edificada construída, por excedente da área permutada, na forma e pelo prazo estabelecidos por este artigo.

§ 3º - O valor da locação deverá corresponder, nos primeiros 05 (cinco) anos, a 10% (dez por cento), em cada ano, do valor orçado para a edificação (artigo 2º) e, nos demais períodos, fixado mediante consenso entre as partes, observados os valores praticados pelo mercado imobiliário.

Art. 5º - Para adequação dos ambientes ofertados ao futuro ocupante, será permitida redução de serviços de engenharia, sem alteração da área total, no montante máximo de 15% (quinze por cento) do valor original, cuja redução terá seu valor revertido e deduzido no percentual da área que o Estado do Paraná deva dar em pagamento.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

**Projeto de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 557/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica proibido em todo o Estado do Paraná, a cobrança de tarifa mínima de água e saneamento básico pela Sanepar e/ou demais empresas públicas ou privadas, aos consumidores de água tratada.

§ 1º - A tarifação a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser procedida pelo consumo real.

§ 2º - Para cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, a fixação tarifária levará em conta a preservação dos aspectos sociais dos respectivos serviços, adequando-a ao atendimento dos usuários de menor consumo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.10.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

**JUSTIFICATIVA:**

A Lei Federal nº 6.528, de 11 de maio de 1978, que dispõe sobre as tarifas dos serviços públicos de saneamento básico, recomenda em seu artigo 4º, que as companhias estaduais de saneamento básico, deverão levar em consideração os aspectos sociais dos respectivos serviços, considerando a adequação do atendimento aos usuários de menor consumo, com base na tarifa mínima.

Considerando-se que a tarifação mínima executada, atualmente, pela Sanepar é de 10 metros cúbicos/mês, havendo gasto ou não por parte do usuário, propõe o presente projeto de lei que haja a isenção de cobrança de taxa de saneamento básico para os consumidores que gastam abaixo desse mínimo.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação do mesmo.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente.

Horário das Lideranças.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)**

Gostaria de parabenizar a Liderança do PSDB nesta Casa, o deputado Ademar Traiano. Quem sabe a entrevista concedida pelo deputado Nelson Tureck não corresponda à linha do Partido, pois ele disse que o deputado Ademar Traiano na liderança do PSDB é importante, porque o PSDB é a cara do governo, contradizendo as lideranças do Partido que dizem ter uma posição independente do governo do Estado.

Mesmo assim queremos parabenizar o deputado Ademar Traiano, pela liderança que assume no PSDB.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

PL, PST, PSL, PPS.

**(Declinam)**

No horário da liderança do PDT, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente, senhores deputados.

A imprensa de todo o Paraná noticiou uma das partes da entrevista do ex-governador Paulo Pimentel. Pessoa que respeitamos, admiramos e até prezamos da amizade que possuímos com ele, mas não concordamos com uma das frases colocada em destaque onde fala que o Álvaro Dias não tem possibilidade de ganhar as eleições, porque entrou num partido desestruturado.

Acredito que o nosso amigo Paulo Pimentel não conhece o PDT. Não sabe que o PDT em todo solo paranaense tem os seus diretórios e as suas comissões provisórias. É um partido que fez o governador deste Estado, que aí se encontra. Que deu condições a uma Bancada invejável, que infelizmente se transferiu para outros partidos, e tem hoje na presidência o ex-deputado Nelton Friedrich com uma linha de conduta que é a mesma linha nacional do presidente maior que é Leonel Brizola. Um partido de característica trabalhista, que se identifica com a democracia, que lutou contra a ditadura e deu a nós o ar que respiramos na política no dia de hoje, que é o livre pensamento, a livre transitabilidade das idéias.

Principalmente o questionamento daqueles que se encontram no poder, coisa que na época da ditadura não era possível.

O nosso Partido no Paraná, além de bem estruturado, tem uma representação que pode ser em números não grande, tinha até há pouco tempo dois deputados nesta Casa, o deputado Eli Ghellere e este deputado que vos fala, agora somamos com os deputados: José Maria

Ferreira, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho, Augustinho Zucchi, e temos realmente, uma condição, não só em qualidade, mas em números, também presentes, sendo quase igual aos grandes partidos deste Paraná.

Tenho a certeza absoluta, e até vou fazer um convite aqui, público, através da imprensa, que o ilustre amigo, Paulo Cruz Pimentel, nos dê a honra da sua visita na sede do PDT e mostraremos um partido bem estruturado; um partido que já fez o governador e tem condições de fazer o futuro governador deste Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

**O Sr. Augustinho Zucchi**

Concede um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Luiz Carlos Zuk, apenas gostaria de me somar a seu aparte, dizendo o seguinte:

É hora, obviamente, de algumas análises de conjuntura, tem alguns analistas de plantão que falam isso, falam aquilo. Tenho ouvido, sistematicamente, o seguinte: parece que há uma campanha orquestrada para dizer que o senador Álvaro Dias, que lidera todas as pesquisas incontestavelmente no Paraná, possa cair nas pesquisas. Como se a liderança do governador Álvaro Dias fosse formada de papel; como se fosse ele vindo do além e caído aqui no Paraná antes de ontem; como se na eleição passada; quando diziam o seguinte: “é, mas se lançar um candidato a governador (já vi esta análise, aliás, esta análise é patrocinada, porque obviamente interessa a alguns que o senador Álvaro Dias não possa ter esse índice expressado pela opinião pública do Paraná, com relação às intenções de voto); provavelmente o senador Álvaro Dias possa diminuir no seu índice de pesquisa.

Se esquecem que o senador Álvaro Dias, quando perdeu a eleição no outro mandato, em 94, após assumir a Telepar, (que hoje, possivelmente, ninguém sabe quem é o presidente da Telepar), logo depois de assumir a Telepar, o senador Álvaro Dias era o primeiro colocado nas pesquisas. Quando o candidato do governo era nada mais, nada menos, que o atual governador que aí está.

Então, apenas dizer o seguinte, deputado: respeitamos, obviamente, a pretensão de cada partido, as possíveis análises daqueles que pretendem analisar o quadro político atual, mas não podemos concordar com as ilações que se fazem ou as pretensões que se dizem por aí, de querer dizer que o senador Álvaro Dias não tenha, incontestavelmente, uma liderança constituída no Estado do Paraná.

E quem viver verá qual será a composição do quadro político no ano que vem, a partir de março, abril.

Agora, por último, dizem o seguinte: “é, mas o senador Álvaro Dias, entrou num partido que é pequeno”. Ora, entrou num partido que é um partido; é uma legenda no Paraná; tem tradição no Brasil e tanto quanto foram outros partidos. Aliás, o governador que aí está, se elegeu

por esse mesmo partido, que obviamente tinha uma outra composição e uma outra direção no Estado do Paraná.

Então, apenas para dizer, deputado Luiz Carlos Zuk, que embora haja essas pretensões de análises, principalmente, com relação às pesquisas eleitorais; que se esquecem que o senador Álvaro Dias tem uma carreira indiscutivelmente formada na base política do Paraná, percorrendo as estradas do nosso Estado, fez um Governo que é irrepreensível, do ponto de vista da administração pública e do ponto de vista da construção e desenvolvimento do nosso Paraná.

Portanto, é sim uma liderança que está na mente do povo do Paraná e com certeza absoluta, estará sempre despontando em qualquer pesquisa de opinião, queiram ou não adversários; ou quem sabe até, aqueles que não têm muito boa vontade de considerar o senador como uma grande liderança do Paraná; assim como é o senador Osmar Dias. Só falta daqui a pouco, também contestar a liderança que exerce o senador Osmar Dias no Paraná hoje, não apenas no setor que atuou aqui no Estado; como há pouco tempo queriam também imputar que Osmar Dias era um senador apenas de liderança ligada à agricultura. Não é verdade; é um senador que hoje tem a respeitabilidade de todo o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

#### **O Sr. Moysés Leônidas**

Concede um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Zuk, acho e quero até concordar com as palavras do deputado Augustinho Zucchi, e dizer que fui militante do PDT. O PDT é um partido “pé quente”.

Já consegui, por exemplo, eleger Jaime Lerner; conseguiu eleger o ex-prefeito de Londrina, cassado, Antonio Belinati, e acho que o partido é estruturado.

Vejo na liderança do Álvaro Dias, acima de qualquer partido, a liderança dele, que é uma sigla à parte.

Então, acho que esse não é o momento, inclusive, até para se discutir essa questão e se o ex-governador e senador Álvaro Dias foi se agasalhar num ninho do PDT, quero dizer-lhe que na minha cidade, o PDT é muito forte. Tive a felicidade de lá ser vereador pelo PDT, me elegi deputado pelo PDT, e acho que é inoportuna essa colocação; estou fazendo aqui, sem nenhum tom de deboche!

Acho que o senador Álvaro Dias, independe da sigla que estiver, ele é e sempre será uma legenda à parte.

Esse tipo de conversa, estou vendo agora aí uma campanha difamatória contra o presidente Nelton Friedrich que é aposentado, mas é aposentado como outros deputados! Acho que isso não vai influenciar em nada na eleição do senador Álvaro Dias.

Então, quero aqui dizer também que entendo perfeitamente que o senador não pode estar sofrendo isso, até porque está acima dessas questões, às vezes pequenas, de partido.

Só para ficar registrado.

#### **O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Agradeço o aparte do ilustre deputado Moysés Leônidas, e finalizando, senhor presidente, tenho a certeza absoluta, de que esta frase colocada, não foi ela, realmente, mal intencionada, foi, isso sim, uma falta de informação, do ilustre e grande amigo Paulo Cruz Pimentel.

E reforçamos mais uma vez, o convite para ele comparecer como sempre o fez, junto aos amigos, como aqui a Bancada do PMDB, tão gentilmente nos deu o convite, através do deputado Antonio Anibelli, para comparecer no almoço que foi oferecido por esta Casa, ao ilustre ex-governador. Também queremos, além de prender da sua amizade, que ele também nos desse a honra e o prazer de comparecer à sede do PDT, ou mesmo ao nosso gabinete, na liderança do PDT, e nós oferecemos a ele, a condição de conhecer a estrutura do PDT no Paraná, o número que possuímos, não só nesta Casa, mas de prefeitos, de vice-prefeitos, de vereadores do nosso Estado, a condição do nosso Brasil, do PDT, e a condição, realmente, das pretensões daqueles novos filiados, que vieram conosco fortalecer, é dar um oxigênio maior à família pedetista do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado, senhor presidente!

#### **O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)**

PT, PTB, PMDB, deputado Nereu Moura.

#### **O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente, senhora e senhores deputados:

Falando em PDT, anteontem, estive em Brasília, e acompanhei uma proposta lá no Congresso Nacional, interessante, de autoria do deputado Giovani Queirós, do Estado do Pará, que foi votada ontem em 1ª discussão, no Plenário da Câmara Federal, propondo a criação do Estado do Carajás.

E essa discussão, senhor presidente, me veio à mente, e conversando com os parlamentares do Paraná, em Brasília, discutimos a possibilidade de reavivar a idéia do nosso querido Estado do Iguçu.

E há hoje, por parte dos parlamentares do Paraná, que representam o Oeste e o Sudoeste do Paraná, e Oeste de Santa Catarina, a esperança de reaver essa bandeira que não está morta, apenas está adormecida, que é a criação do Estado do Iguçu.

E ontem, com a aprovação em 1ª discussão, da criação do Estado do Carajás, com certeza, essa proposta irá também tramitar no Congresso Nacional.

Mas, senhor presidente, estivemos em Brasília para conversar com o ministro Raul Jungman com relação ao problema dos assentamentos no Paraná. Estivemos no Incra, conversando sobre o mesmo assunto. E também estive na Procuradoria Geral da Justiça, em Brasília, conversando com a assessoria do Procurador Geraldo Brindeiro, onde quis saber qual foi o destino do processo que nós levamos a Brasília no início do ano passado, propondo o afastamento de Jaime Lerner do cargo de gover-

nador do Estado. Quis saber da Procuradoria Geral da Justiça, qual foi a posição do Procurador Geraldo Brindeiro em relação àquela proposta levada, quando em audiência que tivemos, eu, e os deputados Edgar Bueno e Irineu Colombo, lá na capital federal.

Argumentamos, naquela oportunidade, que era importante afastar Jaime Lerner do cargo de governador, e essas mesmas justificativas são presentes, e fundamentamos a nossa proposta na falta de governabilidade, na corrupção disseminada em todos os órgãos do Governo do Estado, no abuso de autoridade por parte da Polícia Militar, no abuso do aparelho repressivo por parte do governador Jaime Lerner.

Levamos ao Procurador Geraldo Brindeiro esta proposta, e até agora não tivemos uma posição da Procuradoria Geral de Justiça. Procuramos, na conversa que tivemos com a assessoria do Procurador, dizer que o Paraná espera que o Procurador se manifeste urgentemente para que possamos recorrer, se for o caso, da sua proposta ao Supremo Tribunal Federal, que é o órgão legítimo.

Mas, aquele panorama que nós vivíamos no ano de 2000, é perfeitamente idêntico ao panorama que nós vivemos hoje: um governo sem autoridade; um governo sem capacidade administrativa; sem norte, um governo que perdeu o rumo da Casa, mais parece com um “cachorro caído de mudança”, não sabe para onde ir, e que tem como único norte a venda da Copel.

Aliás, falando nisso, senhor presidente, na conversa que tive no Congresso Nacional, com diversos parlamentares e senadores do Brasil afora, nos diversos Partidos, se mostraram perplexos com essa teimosia do governador Jaime Lerner. Todos os parlamentares do Brasil inteiro, senadores e deputados, em conversa que mantivemos, diziam: que barbaridade! Que maluquice! Que absurdo essa teimosia do governador do Paraná em querer vender a Copel em um momento em que todo mundo diz que não deve vender. A economia mundial diz que não pode vender, o Bin Laden fala que não pode vender, o Afeganistão, o Taleban fala que não pode vender, os ministros do Governo Federal dizem que não pode vender, a economia mundial diz que não pode vender, os indicadores econômicos dizem que não pode vender, o povo do Paraná diz que não deve vender, o príncipe, príncipe dos príncipes, rei da maracutaia, rei da picaretagem, está ali ensandecido, enlouquecido, que tem que vender.

O único plano de governo do Jaime Lerner é vender a Copel! Não existe uma outra proposta de governo a não ser vender a Copel! Vamos vender a Copel, esta é a única proposta de governo desse cidadão que envergonha o Estado do Paraná!

E olhem, senhores deputados, eu não imaginava que o Paraná tivesse virado motivo de chacota como virou, em nível nacional. Fala-se do nosso Estado, lá em Brasília, em termos de gozação, em termos de piada. Infelizmente, o governador Jaime Lerner passou todos os sinais possíveis do ridículo e colocou este Estado aqui,

este Estado que é o sexto em população, o quinto na economia brasileira, no buraco da risada, da piada e da chacota.

Pensei, deputado Irineu Colombo, lá na minha ingenuidade, caboclo do interior do Paraná, imaginava e a esperança que tinha de ser deputado desta fortaleza que é o Paraná, imaginava que, além de ser orgulho do meu pai, da minha mãe, dos meus amigos, quando criança, um dia eu pudesse estar aqui nesta tribuna para poder, sendo deputado deste Estado, deste gigante, que é o Paraná, ajudar marcar um período na história de forma positiva, mas, que decepção ser deputado com o Jaime Lerner de governador! Que decepção!

O Paraná, modelo para este País, modelo em tudo: modelo na agricultura, modelo em administração, Estado enxuto, Estado que tinha no saneamento urbano modelo com a Sanepar, modelo com a Copel, modelo com a Emater, modelo com o Iapar. Hoje virou esculhambação total. Virou modelo da corrupção e da picaretagem. O único projeto do governador Jaime Lerner é vender a Copel. Este governador que precisa passar óleo de peroba nesta cara-de-pau, diz: “Fiquei contente porque três empresas vão participar do leilão da Copel.”

Ora, eram onze! Nove, dez, desistiram, daquelas iniciais que se inscreveram, apenas uma restou e mais duas vieram se inscrever. E diz a imprensa hoje, ontem, que elas poderão desistir da venda da Copel. E o cidadão que está ali, com aquela cara-de-pau que lhe é peculiar, sangue frio, sanguinário, marcado pelo devaneio do seu governo incompetente, que só tem causado tristeza no Paraná, está feliz da vida! Lógico que ele está feliz, porque vai cumprir, se conseguir, com o seu instinto de malvadeza!

Olha, falando em malvadeza, acho que ele ganha de mil a zero do Toninho Malvadeza, este antológico ex-governador do PFL lá da Bahia.

Mas, senhor presidente, quero encerrar o meu discurso dizendo que voltei impressionado de Brasília, porque o grau de desmoralização do Paraná chegou ao fundo do poço, com parlamentares que falei em Brasília, no dia de ontem e na terça-feira, todos, sem exceção, e não falei só com os parlamentares do meu velho MDB de guerra, tive a oportunidade de falar com parlamentares de quase todos os Partidos e todos foram unânimes em dizer: que maluquice, que loucura, o que é que estão fazendo com o Paraná?

Este meu Paraná que tanta alegria nos deu, infelizmente, está na agonia e na UTI, próximo da morte. Já não agüenta mais, não há mais soro, não há mais antibiótico capaz de salvar essa infecção, como diz o nosso querido líder, deputado Waldyr Pugliesi, essa infecção perversa, pior do que a bactéria que tanto inferniza os Estados Unidos, disseminada pelo governador Jaime Lerner.

Por isso, senhor presidente, nós, do PMDB, estamos acreditando, sim, que vamos derrubar na Justiça, esta idéia de vender a Copel. Mas se a Justiça falar, iremos ao Rio de Janeiro. Queremos levar cinco, seis mil

pessoas ao Rio de Janeiro. Queremos estar lá, em frente à Bolsa de Valores, como testemunhas oculares, nesse momento de dilúvio que vai se abater contra o Paraná. E lá, registrar esse dia que jamais se apagará da nossa memória. Dia de luto para o povo do Paraná. Dia de tristeza para todos nós. Quando o martelo bater e o povo do Paraná ficar sem a sua maior empresa, que é motivo de orgulho para todos nós, que é a Copel.

**O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)**

Solicito a V. Exa. que ultime o vosso discurso.

**O SR. NEREU MOURA**

Não obstante a pressa de V. Exa., deputado Irineu Colombo.

**O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)**

Deputado Nereu Moura, a pressa não é minha. É imposição regimental. É imperativo.

**O SR. NEREU MOURA**

V. Exa. tem sido condescendente com outros parlamentares. Talvez V. Exa. não concorde com o pronunciamento que fazemos aqui, e esteja em uma outra veia, deputado Colombo. Mas é preciso que falemos as coisas. Eu, como V. Exa. observou no meu discurso, estou concluindo. V. Exa. não precisaria ter me chamado a atenção.

Concluo, dizendo que nós, do PMDB, iremos ao Rio de Janeiro, com uma grande caravana. Queremos convocar todos os paranaenses para lá, se não conseguirmos barrar essa tragédia, através da Justiça, presenciarmos lá, em frente à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, esse que será um golpe contra o povo do Paraná, na hora em que o martelo tocar e a Copel for entregue para algum grupo multinacional.

**O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)**

Liderança do PFL. Liderança do PSDB. PTB. Liderança do Governo.

Concedo a palavra ao deputado Durval Amaral.

Enquanto o deputado Durval Amaral se dirige à tribuna, queremos anunciar aqui, a presença dos alunos do 3º ano do ensino médio, do Colégio Humberto Castelo Branco, da querida cidade paranaense Santana do Itararé.

Sejam todos bem-vindos, em nome da Assembléia Legislativa do Paraná.

Com a palavra, o deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, senhores deputados.

Ouvi atentamente o discurso do líder do PMDB, do ilustre colega, amigo, deputado Nereu Moura, que aliás fez um pronunciamento de amplo aspecto; passando por Brasília, vindo, efetivamente, ao nosso Estado do Paraná, discorrendo sobre o governo Jaime Lerner, fazendo uma visita ao Afeganistão, saudando Bin Laden.

Fiquei, realmente impressionado.

**O SR. NEREU MOURA**

Não saudei Bin Laden! Só se V. Exa. está saudando!

**O SR. DURVAL AMARAL**

Mencionando Bin Laden, isso.

Fiquei impressionado, porque daqui a pouco vão dizer que Bin Laden mandou implodir as torres do World Trade Center, para que o leilão da Copel não ocorresse no Estado do Paraná. Fico impressionado com essas conjecturas todas, porque, claro, qual é o município do Estado do Paraná, ou quais são os municípios do Estado do Paraná que não detém ações da Copel?

Por que é que eles não detém ações da Copel?

Independente dos prefeitos serem do PMDB, ou do antigo MDB velho de guerra, quais são os municípios que detêm, e por que esses municípios venderam as suas ações? Venderam para capitalizar os seus municípios, porque muitos municípios do Paraná da Situação ou da Oposição venderam as ações que detinham sobre a Sane-par, venderam por uma circunstância de mercado, uma circunstância do momento para capitalizar.

Por que então esse discurso de oportunidade que se faz e se tenta colocar a todo momento, quando vejo também com todo apreço que tenho ao prefeito de Londrina, que é do PT, o prefeito Nedson, tentando privatizar e tentou de todas as formas, talvez não tenha tido a mesma decisão e a mesma determinação que tem o governador Jaime Lerner, mas tentando privatizar a Sercomtel, com os mesmos argumentos que o Estado do Paraná tem sempre colocado, e eu fico a me perguntar, quando com competência eu sempre fiz questão de ressaltar que não só os deputados da Oposição mas a Oposição de maneira generalizada no Estado do Paraná, conseguiu transformar esse episódio da Copel, numa verdadeira batalha pré-eleitoral que se antecipa e dependendo obviamente do resultado do dia 31 de outubro, nós teremos, infelizmente assim conduziu a Oposição, vencedores ou perdedores nesse processo. Com toda certeza teremos.

Eu me lembro que cansei de dizer aqui, o nosso vice-líder, o Traiano sabe disso, os deputados sabem disso quando incansavelmente colocava que a questão da lei que autorizou a privatização da Copel, uma vez que a situação transigiu ao concordar porque no nosso entendimento nem isso regimentalmente poderia ter sido feito porque já havia projetos da mesma natureza arquivado nesta Casa, por deliberação soberana deste Plenário, mas em função da movimentação e da mobilização, a Liderança do Governo, em entendimento com os deputados da Oposição, transigiram para se votar o projeto de iniciativa popular.

Mas eu pedia a Deus a todo momento e até provocava carinhosamente os deputados da Oposição para que se socorressem ao Poder Judiciário, para tentar obrigar o Parlamento do Paraná votar matéria já decidida, soberanamente por esse Parlamento, que não seria possível esse entendimento de se vota matéria aqui já decidida, porque

a Assembléia é soberana quando diz que um projeto já arquivado no mesmo ano, na mesma sessão legislativa, só pode votar se obtiver 28 assinaturas.

E qual foi a minha felicidade em primeiro, de saber que deputados valorosos socorreram-se do Poder Judiciário para tentar fazer projetos já arquivados nesta Casa serem votados, que felicidade me deram! Primeiro quando entraram buscando o recurso do Poder Judiciário que eu vinha já desde junho anunciando que não poder-se-ia votar determinadas matérias já arquivadas nesta Casa. E a felicidade de saber, não a felicidade da questão pontual da Copel, mas a felicidade legal de uma interpretação óbvia porque nós parlamentares também temos limites e temos que respeitar esses limites impostos por nós mesmos através do Regimento Interno, da Constituição Estadual.

Quando vejo a decisão do Tribunal de Justiça proferida pelo desembargador Rui Fernando de Oliveira com relação ao plebiscito que se tentava colocar no Estado do Paraná que foi arquivado e que nós fizemos questão de pedir a votação em Plenário, quando o deputado José Maria requereu o arquivamento daquele projeto inicial e eu obviamente concordei com a votação desde que se fosse votado no Plenário esse arquivamento, e isso aconteceu. Qual foi a decisão do ilustre desembargador?

Na sentença Rui Fernando argumentou que se tratava de assunto interno da Assembléia e que o Regimento Interno já havia sido cumprido, pois a proposta envolvia matéria já votada e discutida pelos deputados, e segue afirmando que não há possibilidade nenhuma de se votar determinadas matérias similares ou congêneres se não houver no mínimo 28 assinaturas.

Para concluir, fazendo também uma rápida análise desta questão.

Não tenho dúvida nenhuma, o governador Jaime Lerner e o secretário da Fazenda Ingo Hubert, têm dado uma demonstração da vitalidade do Estado do Paraná e da competência administrativa, sim. Mudou-se o perfil econômico do Estado do Paraná, ninguém neste Estado poderá questionar a industrialização e a verdadeira revolução industrial, que ocorreu neste Estado do Paraná.

Fico feliz, quando vejo esta semana o brilhante deputado Nereu, ao pleitear para algumas indústrias no Estado do Paraná os mesmos benefícios, já dados para as montadoras do Estado do Paraná, salvo engano, até com a apresentação de um projeto de lei dessa natureza.

Claro, já encontra respaldo a matéria que propõe o deputado e nem por isso é menos importante, porque acredito que é de fundamental importância o que ele está propondo no Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado do Paraná.

Nós mudamos o perfil econômico do Estado do Paraná e sou um militante à época do deputado Nereu Moura, e todos nós sabemos aqui, e outros colegas do PMDB, quando daquele incidente que aqui na Casa de Leis, nós deputados do PMDB, eu estava no PMDB, queríamos a CPI da industrialização do Estado do Paraná.

Naquele momento, para questionar a vinda da Renault e de outras montadoras, para o Estado do Paraná, ali nós tivemos um ponto de discórdia, eu inclusive saí do PMDB naquele momento, porque não concordava de se criar um clima no Estado do Paraná que pudesse gerar instabilidade na atração de investimentos industriais neste Estado. E saí do PMDB em função disso. Todos os deputados colegas meus do PMDB, sabem disso há época, que não concordava.

O Estado do Paraná mudou o seu perfil econômico, é inquestionável o crescimento da arrecadação de ICMS do Estado do Paraná. É inquestionável o crescimento do PIB do Estado do Paraná. A geração de emprego, que a todo momento é o crescimento industrial que em todas as pesquisas nacionais colocam o Estado do Paraná com uma grande performance, se não a melhor deste País.

É inquestionável a situação que chegamos. Sim, chegamos numa situação difícil há alguns meses atrás.

Ingo Hubert, assumiu a Secretaria da Fazenda com um passivo de mais de 350 milhões de reais.

Pois bem, a Copel não foi privatizada. O dia 31 de outubro, não ocorreu. Não sabemos se Bin Laden terá outras ações que possam inviabilizar a privatização da Copel.

Mas, uma coisa tenho certeza sim, desse passivo que existia, o secretário Ingo Hubert, com extrema competência reduziu isso a menos de 0...

#### O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Nós estamos no Horário da Liderança do Governo. V. Exa. pode continuar o vosso pronunciamento.

#### O SR. DURVAL AMARAL

Então nós temos essa realidade aonde temos o perfil da economia do Estado do Paraná aonde nós temos uma drástica redução do déficit, e a Copel não foi privatizada e o Estado está pagando literalmente em dia as suas contas. Temos o Departamento de Estrada e Rodagem - DER, que empreiteiros do Brasil inteiro, que uma estrada que foi licitada agora entre Matinhos e Garuva, se não me engano, mais de 70 empresas nacionais vindo para o Paraná, para se inscrever no processo licitatório.

Deputado Nereu, se o Estado do Paraná tivesse esse descrédito que V. Exa. colocou a nível nacional, nós não teríamos mais de 70 empresas do Brasil, vindo para o Paraná, se inscrever nas licitações que o DER começa a realizar em todo o Estado! Nós não teríamos empresas do Brasil inteiro querendo fazer obras no Estado do Paraná. Nós não teríamos uma previsão de mais de 500 milhões de reais para recuperação das estradas do Estado do Paraná. Nós não teríamos o que tivemos, aqui.

Estou tendo a felicidade e todos os senhores deputados de Curitiba saíam pelas ruas e andem no final da tarde ou a qualquer momento e vão encontrar viaturas da Polícia Militar espalhadas por toda a cidade.

Até confesso, deputado Traiano, liguei ontem às 8h00 da noite para o secretário Tavares dizendo a ele que



me sentia como se estivesse andando pelas ruas de Florença na Itália, de tanto o número de viaturas da Polícia Militar que nós estamos encontrando nesta cidade. E o que é? São investimentos maciços que estão sendo feitos na área da segurança pública!

Senhor presidente, gostaria de dar aparte aos senhores deputados e pergunto a V. Exa. se terei mais tempo ou se devo concluir.

**O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)**

O tempo está encerrado. Em seguida teremos a Liderança da Oposição.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

O assunto está palpitante e solicito a V. Exa. que conceda ao orador a possibilidade de podermos discutir, aqui, porque na verdade não tendo outras matérias para debater, poderemos conversar com o nobre líder do Governo que faz um belo pronunciamento do seu ponto de vista.

**O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)**

Senhores deputados, Regimento também se faz, senão, há conflito político. Então, vou dar o mesmo tempo que foi usado pelos dois deputados anteriores para V. Exa.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Então, senhor presidente, quero dar um aparte ao deputado Traiano, na seqüência ao deputado Nereu Moura, deputado José Maria e ao deputado Marcos Isfer.

**O Sr. Ademar Traiano**

Deputado Durval Amaral, V. Exa. faz um pronunciamento com certeza muito consistente e que é a verdadeira expressão daquilo que o Paraná está vivendo hoje.

Acompanhando o discurso do deputado Nereu Moura, não posso concordar com algumas afirmações com relação àquilo que está ocorrendo no Estado do Paraná. Entendo de que ser contrário ao processo de industrialização do Estado é subestimar a inteligência e a capacidade criadora da gente do Paraná.

Qualquer governo que se preza com certeza tem como meta maior a geração de emprego. E o Governo do Paraná capitania do Jaime Lerner, desenvolveu um extraordinário programa de industrialização do Estado, fruto de manchete em todos os jornais nacionais. Não é o Paraná que está afirmando isso. São os grandes jornais, que todos os dias mostram ao Brasil a diferença entre o Estado do Paraná, o seu crescimento com os demais Estados.

Agora, para não me alongar apenas dizer ao deputado Nereu, sou deputado do interior, fui prefeito e acompanho a vida de prefeitos no interior do Paraná todos os dias. Não há nenhum prefeito no interior deste Estado, do partido que for, que não queira ter uma pequena indústria instalada no seu município. Inclusive estão oferecendo

todas as formas de incentivo, mesmo contrariando princípios do próprio Tribunal de Contas, que muitas vezes não permite esse tipo de incentivo. Mas querem ver indústrias instaladas nos seus municípios.

O governo do Estado do Paraná não tirou dinheiro dos cofres do Tesouro para fazer esse tipo de benefício para as indústrias que para cá vieram: deu dilação de prazo de ICMS postergando o recolhimento desse ICMS como forma de incentivo.

Deputado Nereu, quero lhe dizer o seguinte: Prefeito amigo seu, amigo nosso, do PMDB, com quem conversei alguns dias, lá da cidade de São Miguel do Iguaçu, está destinando para uma empresa do Sudoeste do Paraná a empresa sediada na cidade de Ampére, uma grande indústria, o orgulho do Sudoeste do Paraná, a segunda maior empresa da área têxtil do Brasil está se instalando em São Miguel do Iguaçu com incentivos de 8 milhões de reais em 36 meses, destinados pela Prefeitura do PMDB. É um prefeito inteligente, deputado Nereu Moura, que não quer ver a sua cidade, a região Oeste, sem ter também lá empregos, empregos estes, com certeza, defendidos por todos nós.

Por isso, deputado Durval Amaral, apenas este era o meu aparte para dizer que exatamente o Governo do Paraná tem sido um exemplo para o Paraná e para o Brasil em termos de geração de emprego, com um extraordinário programa estabelecido desde o início do Governo e que hoje é a receita do sucesso, a nível nacional, defendido por todos, neste País, pelos meios de comunicação, escrito, por televisão, por rádio, é um exemplo realmente.

Parabéns pelo seu pronunciamento que contesta toda e qualquer afirmação do deputado Nereu Moura, nesta manhã.

**O Sr. Nereu Moura**

Deputado Durval Amaral, V. Exa. faz um pronunciamento interessante, na tribuna. Acho que a discussão política é importante, V. Exa. coloca a sua opinião e eu quero que V. Exa. mude de idéia, mas V. Exa. é maior, vacinado, tem a sua posição formada e eu a respeito.

Todavia, deputado Durval Amaral, quero me ater a um tópico do seu pronunciamento, com relação à industrialização do Paraná. Nós nunca fomos contra a industrialização do nosso Estado, nunca! Apenas somos contrários à maneira da atração destas montadoras que foi um grande fiasco, a começar pela Chrysler, que deu um verdadeiro golpe no Estado do Paraná.

Porém eu queria, apenas e tão somente, esclarecer a questão da dilação do ICMS. Nós somos contrários à dilação do ICMS para as montadoras. Aliás me parece que a Lei de Responsabilidade Fiscal impede isso, impede de você abrir mão de receita, até porque o Governo abriu mão de receita por um prazo de 5 anos e daqui a 5 anos o governador Jaime Lerner, graças a Deus, não será mais governador do Paraná.

Então, deputado Durval Amaral, nós do PMDB somos contrários à concessão deste benefício e deixamos

explícito isso, tanto que levamos ao Ministério Público essa questão. Eu, particularmente, apresentei um projeto de lei aqui não porque sou a favor da dilação, apenas nós fizemos a seguinte equação: se 5 empresas multinacionais podem ter, por que as empresas do Paraná não podem ter? Então, nós entendemos este benefício para todas as empresas do Paraná, em que pese sermos contrários à tese da dilação de ICMS, para essas empresas multinacionais!...

Quero então esclarecer, deputado Durval Amaral, o meu projeto de lei em relação à dilação de ICMS que V. Exa. argumentou aí. Todavia quero parabenizá-lo pela coragem que V. Exa. tem de ir à tribuna e defender o Governo; V. Exa. é corajoso! Lembra o velho Durval Amaral do PMDB jovem de tantas e tantas lutas, em favor da redemocratização do nosso País.

#### O SR. DURVAL AMARAL

Coragem, deputado Nereu, é um sentimento que tanto eu quanto V. Exa. temos e nunca nos curvamos ao medo. Aliás, Deus nos poupou o sentimento do medo, tanto eu quanto V. Exa., e isso só engrandece a todos nós parlamentares.

Consulto ao presidente se terei mais tempo para conceder os apartes que me solicitaram?

Não tenho mais tempo. Peço desculpas aos colegas a quem não pude conceder aparte, neste momento, por imposição regimental, mas voltaremos a esta tribuna discutindo os assuntos que palpitam no coração de todos nós e que todos nós, paranaenses, queremos ver esclarecidos.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

No Horário da liderança da Oposição, com a palavra o deputado Caíto Quintana.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero ser breve, neste pronunciamento, e da mesma forma que o deputado Durval Amaral, eu pretendo voltar na semana que vem, até com um debate, que eventualmente possa acontecer melhor, entre os senhores parlamentares.

Quero inicialmente, responder a duas questões levantadas pelo deputado Durval Amaral.

Primeiro: os municípios venderam ações.

Ora, os municípios venderam ações infinitamente minoritárias à Copel. Num instante que uma empresa pública atua sobre a base do município, legalmente a ela tem que transferir ações da sua empresa. Fato que terá que ser discutido no futuro, caso eventualmente a Copel seja privatizada.

Inclusive, sobre o pagamento de taxas de utilização de espaços territoriais dos municípios que hoje não são pagos, pelo óbvio de que o município participa no ICMS presumido da Copel.

Portanto, os municípios eram amplamente minoritários. O que nós estamos falando, de vender o controle acionário, que pertence ao Estado, isso é absolutamente diferente.

Segundo: senhor presidente, senhores deputados, ousa o líder do Governo, questionar a legitimidade da lei de iniciativa popular, como se tivesse sido uma concessão dada pela maioria do Governo!

A lei de iniciativa popular independe de matéria votada ou deixada de ser votada na Assembléia, porque esta é uma lei que veio no bojo da Constituição de 88 com uma fonte de iniciação diferenciada. Independe de apoio ou não, de parlamentares. Ela independe de dispositivos constitucionais que tragam a assinatura de um percentual de eleitores de cada Estado, para que ela, por si só, possa caminhar.

Aliás, esse é o fruto de uma ação de nulidade da Sessão que derrubou a lei de iniciativa popular, que entrei e que tramita na Justiça do Paraná, e que eu espero que, havendo justiça se dê liminar, anulando aquela Sessão, porque exatamente o povo, autor daquela emenda, não acompanhou a emenda, nem nas Comissões Técnicas, nem tampouco no plenário, quando a matéria foi votada.

É absolutamente diferente a fonte da iniciativa da lei.

Aquela que é do parlamentar representante de segmentos da população pelo voto que conseguiu, e aquela vinda da iniciativa popular, instituída pela própria Constituição.

Agora, senhor presidente, senhores deputados, eu tenho um breve relatório, que quero voltar na semana que vem. Deputado Durval Amaral, V. Exa. surpreende-me com a química de mostrar que o Estado Paraná é um Estado equilibrado e que tem empresas entrando na concorrência.

Só para pincelar, vamos ver quais são as fontes dessa pseudo-riqueza do Paraná: Dias atrás, o Estado do Paraná fez uma limonada pelo fato da Chrysler ter ido embora, descumprindo o contrato, ficando com patrimônio do investimento do Estado do Paraná, dinheiro vivo, para terraplanagem, para obras, para asfaltamentos, para infra-estrutura, para colocação de energia elétrica na porta da fábrica e elas ficaram todo esse tempo retendo ICMS em seu benefício e pela falência do projeto aqui no Paraná a Chrysler foi embora e obrigatoriamente teve que pagar aquilo que estava retido.

E é desse dinheiro retido que o Governo está fazendo obra hoje, não é geração de coisa nenhuma! Deu com uma mão em compensação arrebentou com municípios e com o próprio Governo que vier na frente, quando com a outra mão concedeu mais 5 anos.

Mais cinco anos para as empresas que continuam no Estado do Paraná sem recolher absolutamente nada. Como se fosse detentor absoluto do futuro do nosso Estado, mesmo quando não estiver mais no governo.

Questiono. Por que as associações de prefeitos, que estão no fundo do poço das administrações munici-

país em arrecadação, não questionam qual é a capacidade do Estado de fazer uma nova protelação de recebimento de ICMS, quando está também prorrogando 25% que cabe aos municípios?

V. Exas. fizeram antecipação dos royalties da Itaipu! Venderam as outras empresas do Paraná! V. Exas. fizeram 15 bilhões a mais de endividamento do Estado. Três Copel! Esse governo assumiu com 1 bilhão e trezentos de dívida e está com quase 18 de dívida. Só para sanear o banco, 30 milhões por mês durante trinta anos! E somos capazes de ouvir dizer que o Estado está regular, que é um exemplo, que está fazendo obras, que tem empresas aqui. Só falta amanhã tomar o patrimônio particular do cidadão do Paraná para fazer obras e ainda dizer que estamos caminhando para frente!

Queria registrar nesta Casa o quadro de integralização de capital do Estado, na Copel.

- Governador Bento Munhoz da Rocha - aplicou 1 milhão 103 mil 441 dólares.

- Moysés Lupion - aplicou 5 bilhões.

- 1º Governo Ney Braga - aplicou 17 milhões.

- Paulo Pimentel - aplicou 70 milhões.

- Leon Peres - aplicou 4 milhões.

- Pedro Parigot de Souza - aplicou 16 milhões.

- Emílio Gomes - aplicou 50 milhões.

- Jaime Canet Junior - aplicou 200 milhões.

- 2º Governo Ney Braga - aplicou 106 milhões.

- Hosken de Novaes - aplicou 26 milhões.

- José Richa - aplicou 41 milhões.

- João Elísio - aplicou 3 milhões.

- Álvaro Dias - aplicou 29 milhões.

- Roberto Requião - aplicou 37 milhões.

E o Governo Lerner? Nem um centavo! Isso são fontes oficiais do governo que dizem isso. A partir do governo Lerner, nem um centavo mais se aplicou na Copel! Dados até o dia 22 de março de 2001.

Senhor presidente, senhores deputados, gostaria que vocês interpretassem outro dado. Quando a Copel começou em 1955, iniciou com 100% do seu capital em poder do Estado. Foi tendo aportes no curso dos anos. Veio, 55, 56, 57, 58, vamos indo. Apenas aleatoriamente, porque não quero gastar esta manhã com tão poucos parlamentares, pois gostaria que os deputados do governo viessem para o debate na semana que vem, em condições de discutir esses números e dar respostas.

Podem perguntar o ano. Por exemplo, o ano de 1978 quanto é que o Estado tinha de participação na Copel? Em 1978 o Estado tinha 83% do patrimônio da Copel. Vamos pegar um outro ano, ou 89, 91, como V. Exa. quiser.

Por exemplo, o ano 90; o ano base que vamos estudar é o ano 90; o Estado detinha 87% do patrimônio da Copel.

E assim vai, 91, 92, 93 até 95, quando assumiu o Exmo. Sr. Jaime Lerner; o Estado detinha 84% do controle da Copel. Assumiu, então, em 95. Em 97 caiu para 71; 97 ainda, baixou para 58; 98 caiu para 31; 99 - 31; 2000 - 31%.

Este Governo que estava com 85% das ações na mão, já comeu 54%. Hoje, só tem 31% das ações. E isso tudo para ouvir o discurso do deputado Durval Amaral que este Estado está bem! Que tem dinheiro!

Nós já vendemos mais do que podíamos vender da Copel. Estamos detendo, única e exclusivamente, as ações com controle acionário que ainda nos dão a política energética do Estado do Paraná. E o governo também aumenta a dívida de um bilhão e duzentos para quase 18 bilhões; vende o patrimônio público e vamos ficar aqui nesta Sessão Plenária fazendo saudações a um governo entreguista, que está acabando com o Estado do Paraná!

Espero podermos discutir esse assunto com números, não com papo, na próxima Sessão.

#### O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Quero registrar aqui, com alegria, a presença dos meus amigos vereadores da cidade de Nova Aurora. O presidente da Câmara, Valter Shuregar; Dr. Rogério Poternillo; vereador Manesinho e vereador Geninho Valcarenha.

Todos companheiros e amigos que estão lá em Nova Aurora, fazendo um belo trabalho na Câmara Municipal.

#### O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Esta Presidência se associa às boas-vindas aos ilustres visitantes.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

Com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 444/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/97, que dispõe sobre o Código de Saúde do Paraná.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI 444/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

#### CÓDIGO DE SAÚDE DO PARANÁ

Regula a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, no âmbito do Estado do Paraná, estabelece normas de promoção, proteção

e recuperação da saúde e dispõe sobre as infrações sanitárias e respectivo processo administrativo.

## Capítulo I

### Das disposições Gerais

Art. 1º - Esta lei estabelece normas, em todo o território do Estado, para a promoção, proteção e recuperação da saúde, e dispõe sobre a organização, a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde nas esferas estadual e municipal.

Art. 2º - É dever do Estado, através da Política Estadual de Saúde, e dentro de sua competência, prover as condições indispensáveis ao exercício do direito de saúde, garantido a todo cidadão.

Parágrafo Único - O dever do Estado de prover as condições e as garantias para o exercício do direito à saúde não exclui o dos municípios, das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

Art. 3º - A assistência é livre à iniciativa privada, observadas as normas de regulamentação, fiscalização e controle estabelecidas na Constituição Federal, na legislação federal, neste Código, na legislação suplementar estadual e municipal.

## Seção I

### Da Caracterização do SUS

Art. 4º - As ações e os serviços públicos de saúde, executados e desenvolvidos pela administração direta, indireta e fundacional do Estado e dos municípios e os serviços contratados ou conveniados com o setor privado, integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem o Sistema Único de Saúde - SUS, com direção única na esfera do governo estadual e na dos municípios, competindo-lhe além de outras que vierem a ser estabelecidas, as atribuições fixadas neste Código, na Constituição da República, na Constituição do Estado e na Lei Orgânica da Saúde (Lei Federal nº 8.080/90).

Art. 5º - A organização, o funcionamento e o desenvolvimento do SUS nas esferas estadual e municipal obedecerão as seguintes diretrizes e bases:

#### I - Diretrizes:

- a) universalidade de acesso do indivíduo aos serviços do SUS em todos os níveis de atenção;
- B) igualdade de atendimento;
- c) equidade como forma de suprir as deficiências do tratamento igualitário de casos e situações;
- d) integralidade da assistência à saúde;
- e) resolubilidade das ações e serviços de saúde em todos os níveis;
- f) organização racional dos serviços;

g) utilização de dados epidemiológicos como critério para o estabelecimento de prioridades, alocação de recursos e orientação programática;

h) participação da comunidade na formulação, fiscalização e acompanhamento das ações e dos serviços executados pelo SUS.

#### II - Bases:

a) gratuidade das ações e dos serviços assistências prestados;

b) descentralização da execução das ações e dos serviços;

c) regionalização e hierarquização dos serviços;

d) conjugação dos recursos físicos, materiais e humanos do Estado e dos municípios na realização de ações e prestação de serviços públicos de assistência à saúde da população, e divulgação de informações quanto ao potencial desses serviços e a sua utilização adequada pelo cidadão;

e) cooperação técnica e financeira do Estado aos municípios na prestação dos serviços;

f) planejamento estratégico que reflita as necessidades da população, com base em uma análise territorial definindo problemas prioritários e áreas de maior risco;

g) intercâmbio de dados, informações e experiências referentes ao SUS, visando ao seu aprimoramento e ao fortalecimento das relações do Estado com os municípios;

h) incentivo ao trabalho integrado e harmonioso dos profissionais que atuam na área da saúde, promovendo o reconhecimento, em favor da qualidade e resolubilidade das ações de saúde, da experiência e da capacidade técnica e científica demonstrada pelo profissional.

Parágrafo Único - A gratuidade dos serviços prestados através do SUS não inclui a cobrança das taxas e penalidades de vigilância sanitária.

Art. 6º - No âmbito do SUS a gratuidade é vinculada ao indivíduo, vedando-se-lhe a cobrança de despesas de qualquer título, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único - A assistência gratuita ao indivíduo beneficiário de seguro-saúde ou de outra modalidade assistencial de medicina de grupo ou cooperativa médica, implica o reembolso, ao Poder Público, a ser efetuado pela empresa seguradora ou entidade congênere, de despesas com o atendimento, na forma da legislação vigente.

Art. 7º - A gestão do SUS é exercida, no Estado, pela Secretaria de Estado da Saúde/ Instituto de Saúde do Estado do Paraná - SESA/ISEP - e, no município, pela respectiva Secretaria Municipal de Saúde ou órgão equivalente, ressalvadas as competências constitucionais e legais conferidas ao Governador do Estado e aos prefeitos municipais.

Art. 8º - As autoridades sanitárias do SUS são aquelas identificadas na organização das Secretarias de

Saúde ou em órgãos equivalentes, e nos atos regulamentares de fiscalização e controle de ações e serviços de saúde.

## **Seção II**

### **Da Política Estadual de Saúde e dos Planos de Saúde**

Art. 9º - A Política Estadual de Saúde, estabelecida pela Secretaria Estadual de Saúde/Instituto de Saúde do Paraná, deverá basear-se nos princípios e diretrizes da Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica da Saúde.

Art. 10 - A Política de Saúde, expressa em Planos de Saúde do Estado e dos municípios, será orientada para:

I - A atuação articulada do Estado e dos municípios, mediante o estabelecimento de normas, ações, serviços e atividades sobre fato, situação ou local que ofereça risco à saúde individual e coletiva;

II - a articulação com autoridades e órgãos de outras áreas estaduais e com a direção nacional do SUS, para a realização e promoção de estudos e pesquisas interdisciplinares, a identificação de fatores potencialmente prejudiciais à qualidade de vida e a avaliação de resultados de interesse para a saúde;

III - a adoção do critério de reais necessidades de saúde da população, identificadas por estudos epidemiológicos loco-regionais, refletidas na elaboração de planos e programas e na oferta de serviços de atenção à saúde;

IV - a prioridade das ações preventivas em relação às ações e aos serviços assistenciais;

V - a formulação, com ampla divulgação à sociedade, de indicadores de avaliação de resultados das ações e dos serviços de saúde.

Art. 11 - Os Planos de Saúde serão a base das atividades e programações de cada nível de direção do SUS e seu financiamento será previsto na respectiva proposta orçamentária.

## **Seção III**

### **Da Competência do Estado**

Art. 12 - Compete à direção estadual do SUS, além do previsto na Lei Orgânica da Saúde:

I - elaborar e atualizar periodicamente o Plano Estadual de Saúde;

II - coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de promoção, proteção e assistência integral à saúde;

III - formular, executar, acompanhar e avaliar, em caráter suplementar à União, a política de insumos e equipamentos para saúde;

IV - prestar assessoria e apoio aos municípios no planejamento e execução das ações e serviços de saúde;

V - colaborar, através de convênio com a União, na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;

VI - coordenar, regular e controlar a rede estadual de laboratórios de saúde pública, de sangue e hemocomponentes;

VII - transferir aos municípios, os serviços de saúde próprios do Estado que atuam preponderante ou exclusivamente na área do município, ou cuja complexidade interessa para garantir a resolubilidade dos sistemas municipais, desde que acordados pelos Conselhos de Saúde estadual e municipais;

VIII - elaborar, acompanhar, avaliar e divulgar os indicadores de morbidade, mortalidade e condições de risco ou agravo à saúde, no âmbito do Estado;

IX - estabelecer normas e critérios de qualidade para o controle e a avaliação das ações e serviços de saúde;

X - celebrar contratos e convênios com serviços de referência estadual ou serviços que envolvam novas tecnologias para fiscalização, controle e avaliação das ações e serviços de saúde;

XI - regular e controlar a regionalização e hierarquização das ações e serviços de saúde, no âmbito estadual;

XII - estabelecer normas suplementares sobre promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, desde que observadas as normas gerais de competência da União;

XIII - normatizar os procedimentos relativos às ações de saúde ou serviços inovadores que venham a ser implantados no Estado, tanto por iniciativa do poder público como do setor privado;

XIV - regular a instalação de estabelecimentos prestadores de serviços de saúde;

XV - regular, através do Registro Estadual de Produtos, a produção e comercialização de produtos de interesse à saúde no âmbito estadual, obedecendo os padrões estabelecidos pelas legislações federal e estadual vigentes;

XVI - exercer, com equidade, o papel redistributivo de meios e instrumentos para os municípios realizarem adequada política de saúde;

XVII - executar, suplementarmente, serviços e ações de saúde nos municípios, no limite das deficiências locais;

XVIII - organizar, controlar e participar da produção e da distribuição de medicamentos, de componentes farmacêuticos básicos, produtos químicos, biotecnológicos, imunobiológicos, hemoderivados e outros de interesse para a saúde, facilitando o acesso da população;

XIX - fiscalizar e controlar, suplementarmente, os estabelecimentos públicos e privados de interesse à saúde, no Estado;

XX - incentivar e assessorar a formação de consórcios intermunicipais de saúde;

XXI - regular, fiscalizar e controlar as ações e serviços dos consórcios intermunicipais de saúde;

XXII - gerenciar o Sistema Estadual de Informações em Saúde;

XXIII - gerenciar o Sistema Estadual de Auditoria e Avaliação das ações e serviços de saúde;

XXIV - expedir, em caráter suplementar, licença sanitária para os estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços.

Parágrafo Único - A competência para expedir licença sanitária para os hospitais, bancos de sangue, serviços de terapia renal substitutiva e serviços de radiologia, radioterapia e quimioterapia é do Estado, podendo ser delegada aos municípios através de ato do secretário Estadual da Saúde.

#### **Seção IV**

##### **Da Competência do Município**

Art. 13 - Compete à direção municipal do SUS, além do constante na Lei Orgânica da Saúde:

I - planejar, organizar, gerir, executar, controlar e avaliar as ações e serviços de promoção e atenção integral à saúde, no âmbito municipal;

II - participar do planejamento, da programação e da organização da rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com a direção estadual;

III - elaborar e atualizar periodicamente o Plano Municipal de Saúde;

IV - executar, no âmbito municipal, a política de insumos e equipamentos para a saúde;

V - exercer a fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana, e atuar, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes para controlá-las;

VI - gerir laboratórios de saúde pública e hemocentros integrados na sua organização administrativa;

VII - colaborar, através de convênios, com a União e com os Estados na execução da vigilância de portos, aeroportos e fronteiras;

VIII - celebrar contratos e convênios para aquisição de serviços de assistência à saúde, com prestadores de serviços de saúde, cuja complexidade interessa para garantir a resolubilidade do sistema de saúde, bem como controlar e avaliar a sua execução;

IX - controlar e fiscalizar, nos termos desta lei, os estabelecimentos públicos e privados de interesse à saúde no município;

X - formar consórcios administrativos intermunicipais, os quais obedecerão o princípio da direção única, a ser definida no ato constitutivo da entidade, que ficará sujeita às mesmas normas de observância obrigatória às distintas pessoas jurídicas integrantes do SUS;

XI - elaborar legislação de saúde no âmbito municipal;

XII - organizar distritos, núcleos ou circunscrições sanitárias para integrar e articular recursos, técnicos e práticas voltadas para a cobertura total das ações e dos serviços de saúde;

XIII - expedir licença sanitária para todos os estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, com exceção de competência exclusiva do Estado;

XIV - expedir, no que concerne estritamente aos interesses locais, normas suplementares ao presente Código.

#### **Seção V**

##### **Da Participação Complementar**

Art. 14 - Os serviços privados, com ou sem fins lucrativos, participam do SUS de forma complementar, formalizada mediante contrato ou convênio, observadas as normas expedidas pelos órgãos de direção nacional, estadual e municipal do SUS, quanto às condições para seu funcionamento.

Art. 15 - Os critérios e valores para a remuneração de serviços de saúde e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos com base na legislação vigente.

Art. 16 - É vedada destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenção às entidades privadas com fins lucrativos.

#### **Seção VI**

##### **Da Participação da Comunidade na Gestão do SUS**

Art. 17 - A sociedade participa do Sistema Único de Saúde - SUS - através dos Conselhos e Conferências Estaduais e Municipais de Saúde, na forma da lei.

#### **Seção VII**

##### **Do Financiamento do SUS e do Fundo de Saúde**

Art. 18 - As ações e os serviços do SUS serão financiados com os seguintes recursos:

I - dotações ou créditos consignados nos orçamentos fiscal e de investimento do Estado e dos municípios;

II - transferências da União para o Estado e transferências do Estado para os municípios;

III - recursos de outras fontes.

Parágrafo Único - O financiamento dos serviços e ações de saúde, considerado pelo Poder Público como suporte dos interesses da cidadania, far-se-á sempre mediante correlação entre a despesa e a respectiva fonte de receita.

Art. 19 - Os recursos financeiros, relativos ao SUS, provenientes de receita, repasse ou transferências da União para o Estado e do Estado para os municípios, serão depositados junto ao fundo de saúde de cada esfera de governo e movimentados pela direção do SUS, sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo.

Parágrafo Único - Nos fundos de saúde, estadual e municipal, os recursos financeiros do SUS serão discri-

minados como despesas de custeio e de investimentos das respectivas secretarias de saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta, de modo que se identifiquem globalmente os recursos destinados ao setor saúde.

Art. 20 - Comprovada no interesse do SUS, a conveniência da ajuda financeira, a concessão de recursos públicos para auxílio ou subvenção a entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos ficará ainda subordinada ao preenchimento, pela entidade interessada, de requisitos de idoneidade técnica científica, sanitária e administrativa, fixados por órgão e entidade específica do SUS, e à avaliação do retorno social dos serviços e atividades que realizam.

Art. 21 - A quantificação global dos recursos próprios, incluídos ou transferidos pela União, que o Estado destinará aos municípios, para atender a despesa de custos e investimento, constará do Plano Estadual de Saúde.

Art. 22 - Na transferência para os municípios de recursos estaduais ou provenientes da esfera federal, a fixação de valores ficará subordinada à conjugação dos seguintes critérios na análise técnica e priorização de programas e projetos:

- I - perfil demográfico do município;
- II - perfil epidemiológico da área a ser coberta;
- III - características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área;
- IV - desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior;
- V - níveis de participação do setor de saúde no orçamento municipal;
- VI - previsão do plano de investimentos da rede; e,
- VII - ressarcimento dos serviços prestados para outras esferas do governo.

§ 1º - No caso de município sujeito a notório processo de migração, ou a flutuação populacional cíclica, o critério demográfico mencionado no inciso I deste artigo serão ponderados por outros indicadores estabelecidos pela Secretaria de Estado da Saúde.

§ 2º - Além de outros que venham a ser estabelecidos, é requisito essencial para o recebimento de recursos do Estado a existência, no município, de Conselho de Saúde, Fundo de Saúde e Plano de Saúde.

Art. 23 - Sem prejuízo do controle externo, destinado a verificação da probidade dos agentes da administração e da legalidade da aplicação dos recursos públicos, as esferas estadual e municipal do SUS estabelecerão instrumentos eficazes de controle interno da execução orçamentária.

### **Seção VIII**

#### **Dos Recursos Humanos**

Art. 24 - A política de recursos humanos na área da saúde deve ter como fundamento o respeito ao trabalha-

dor e deve orientar-se no sentido a incentivar a formação profissional adequada, a reciclagem constante e a existência de planos de cargos, carreiras e salários.

Art. 25 - Os cargos e funções de direção e chefia, no âmbito público do SUS, serão exercidos em tempo integral, e, preferencialmente, por servidores integrantes do quadro específico.

Art. 26 - É vedada a nomeação ou designação, para cargo ou função de chefia, direção, assessoramento ou fiscalização na área pública da saúde, em qualquer nível, de proprietário, funcionário, sócio ou pessoa que exerça a função de direção, gerência ou administração de entidades privadas que mantenham contratos ou convênios com o SUS.

## **Capítulo II**

### **Da Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde**

#### **Seção I**

##### **Da Informação**

Art. 27 - O Estado organizará, em articulação com os municípios, o Sistema Estadual de Informações em Saúde, abrangendo dados epidemiológicos, de gerenciamento, de prestação e de avaliação de serviços.

Parágrafo Único - Os órgãos e entidades públicas e privadas, de qualquer natureza, participantes ou não do SUS, deverão fornecer dados e informações à direção do SUS, na forma por esta solicitada, para fins de planejamento, de correção finalística de atividades e de elaboração de informações de saúde.

Art. 28 - É obrigatório o preenchimento da Declaração de Nascido Vivo, ou equivalente, para toda criança que, ao nascer, apresentar qualquer sinal de vida, com posterior envio ao serviço de saúde competente, pelos:

- I - estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, onde ocorreu o nascimento; ou,
- II - cartórios competentes de registro civil, no momento de registro da criança, em caso de nascimento domiciliar.

Art. 29 - A Declaração de Óbito deverá ser firmada por médico devidamente habilitado para o exercício da medicina, podendo, na sua falta, ser preenchida pelo oficial competente, e firmada por duas pessoas que presenciaram ou verificaram o óbito, mediante a apresentação de documento de identidade que será expressamente mencionado na declaração.

Parágrafo Único - A Declaração de Óbito deverá ser remetida ao serviço de saúde competente pelo:

- I - médico que firmou a declaração;
- II - pelo cartório de registro civil competente.

Art. 30 - Compete à direção do SUS, em cada esfera de governo, informar, através dos meios de comu-

nicação, os serviços, as empresas e os produtos irregulares, fraudulentos ou os que exponham a risco a saúde da população.

Art. 31 - É dever da direção do SUS, em cada esfera de governo, garantir amplo acesso da população às informações sobre ações e serviços de saúde, de promoção à saúde e qualidade de vida, através de meios de comunicação.

## **Seção II**

### **Da Saúde Ambiental**

Art. 32 - Compete à direção do SUS a execução de ações de saúde ambiental abrangendo:

I - a participação na execução de ações de proteção do ambiente e defesa do desenvolvimento sustentado;

II - a fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana, e atuação, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes para controlá-las;

III - a participação na formulação das políticas de saneamento básico e ambiental, juntamente com os setores específicos;

IV - a participação na execução e na destinação de recursos, quando de interesse epidemiológico para o desenvolvimento de ações de saneamento básico e ambiental agindo de forma integrada com os órgãos competentes.

Art. 33 - Nos casos de projetos de obra ou de instalações de atitude potencialmente causadora de dano ou risco à vida ou à saúde coletiva, o SUS exigirá, dos responsáveis, estudos prévios sobre o impacto dos efeitos para a saúde da população.

## **Seção III**

### **Da Saúde e Trabalho**

Art. 34 - A atenção à saúde do trabalhador no setor público e privado, do mercado formal e informal, compreende as ações individuais e coletivas desenvolvidas no âmbito do SUS, abrangendo:

I - o atendimento à população trabalhadora através de referência especializada e hierarquizada, visando o estabelecimento da associação entre doença-trabalho, o diagnóstico e tratamento, utilizando-se para isso, de toda tecnologia disponível;

II - a avaliação das fontes de risco à saúde nos locais e processos de trabalho, determinando a adoção das providências para a eliminação ou redução dos riscos;

III - a informação aos trabalhadores e às entidades sindicais quanto à situação de saúde e das condições de risco no ambiente de trabalho;

IV - a articulação com instituições governamentais e não governamentais que desenvolvam trabalhos relacio-

nados à saúde do trabalhador, para a avaliação das situações de risco e adoção das medidas exigidas.

Parágrafo Único - Os serviços de vigilância sanitária e epidemiológica manterão fiscalização e controle das entidades desenvolvidas nos ambientes de trabalho, que, direta ou indiretamente ocasionem ou possam vir a ocasionar risco ou dano à saúde, à vida ou à qualidade de vida.

Art. 35 - O SUS, através de seus serviços competentes, participará da normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas.

## **Seção IV**

### **Do Sangue e seus Derivados**

Art. 36 - A captação, proteção ao doador e ao receptor, coleta, processamento, estocagem, distribuição e transfusão do sangue, de seus componentes e derivados seguirão a legislação vigente.

§ 1º - É vedada a compra, venda ou qualquer outro tipo de comercialização do sangue, componentes e hemoderivados, seja por pessoas físicas ou jurídicas, em caráter eventual ou permanente, que estejam em desacordo com o ordenamento institucional estabelecido pela legislação vigente.

§ 2º - O Poder Executivo regulamentará o sistema de hemovigilância para o controle efetivo do sangue e derivados.

## **Seção V**

### **Da Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental**

Art. 37 - A atuação da vigilância sanitária far-se-á integralmente com a vigilância epidemiológica e abrangem um conjunto de ações capazes de:

I - eliminar, diminuir ou prevenir riscos e agravos à saúde do indivíduo e da coletividade;

II - intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção, distribuição, comercialização e uso de bens de capital de consumo, e da prestação de serviços de interesse da saúde individual e coletiva.

§ 1º - Na interpretação e aplicação das normas e na execução de ações e implementação de serviços de vigilância, os órgãos e entidades estaduais e municipais do SUS cuidarão para que sua atuação se efetive de modo que melhor garanta a realização do fim público a que se dirige.

§ 2º - Nas ações e nos serviços desenvolvidos pela vigilância, são asseguradas a cooperação dos sindicatos de trabalhadores, dos organismos de defesa do consumidor, das entidades ambientalistas e conselhos de classe.

§ 3º - Entende-se por agravo quaisquer eventos ou condições, decorrentes ou não da atividade humana, que causem prejuízo ou dano à saúde.



Art. 38 - As ações de vigilância sanitária e ou ambiental recaem sobre:

I - proteção do ambiente e defesa do desenvolvimento sustentado;

II - saneamento básico;

III - alimentos, água e bebidas para o consumo humano;

IV - medicamentos, cosméticos, saneantes domissanitários, equipamentos, imunobiológicos e outros produtos e insumos de interesse para a saúde;

V - ambiente e processos de trabalho e saúde do trabalhador;

VI - serviços de assistência à saúde;

VII - serviços de interesse à saúde;

VIII - sangue e hemoderivados;

IX - produção, transporte, guarda e utilização de outros bens, substâncias e produtos psicoativos, tóxicos ou radioativos;

X - radiações de qualquer natureza;

XI - controle de vetores de interesse da saúde pública.

Art. 39 - A direção do SUS, no exercício de sua função preventiva e corretiva de vigilância recorrerá à atuação do Ministério Público, quando necessário.

Art. 40 - Todo caso suspeito ou confirmado de doença ou outro agravo deverá ser notificado compulsoriamente aos serviços de vigilância epidemiológica, sempre que:

I - seja exigida pelo regulamento sanitário internacional ou seja doença sob vigilância da Organização Mundial da Saúde;

II - seja regularmente exigida pela Legislação Federal ou pelos órgãos do SUS.

§ 1º - É obrigatória a notificação de epidemias, mesmo em se tratando de doenças e outros agravos para os quais não se exige a notificação de casos individuais.

§ 2º - As doenças não transmissíveis e outros agravos à saúde que tenham interesse epidemiológico poderão, a critério do gestor, ser considerados de notificação compulsória.

Art. 41 - A notificação de doenças e outros agravos poderá ser feita por qualquer cidadão, sendo obrigatória para os profissionais de saúde e para todos os serviços de assistência à saúde.

Art. 42 - As autoridades sanitárias determinarão, em caso confirmado ou suspeito de doença transmissível, as medidas de controle e profilaxia a serem adotadas.

Art. 43 - Cabe à autoridade sanitária tomar medidas que objetivem a evolução diagnóstica, podendo, sempre que necessário, solicitar, fundamentadamente, autorização judicial para exame cadavérico, viscerotomia ou necropsia, nos casos de óbito por qualquer agravo.

Art. 44 - Compete à direção do SUS, em cada esfera de governo, conhecer e analisar o perfil de morbimortalidade dos agravos, planejar, normatizar e coordenar a execução de ações destinadas ao controle dos fatores de risco destes agravos.

### **Capítulo III**

#### **Das Infrações Sanitárias e do Procedimento Administrativo**

##### **Seção I**

##### **Das Disposições Gerais**

Art. 45 - Considera-se infração sanitária, para os fins desta lei, a desobediência ou inobservância ao disposto em normas legais, regulamentares e outras que, por qualquer forma, se destinem a preservar a saúde.

Art. 46 - Os fabricantes e fornecedores de equipamentos, produtos e serviços de interesse da saúde respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados para o consumo.

Art. 47 - O resultado da infração sanitária é imputável a quem lhe deu causa ou para ela concorreu.

§ 1º - Considera-se causa a ação ou omissão, sem a qual a infração não teria ocorrido.

§ 2º - Não será imputada punição à infração decorrente de caso fortuito ou força maior, que vier a determinar avaria, deterioração ou alteração de produtos ou bens de interesse à saúde pública.

Art. 48 - As infrações sanitárias classificam-se em:

I - leves - aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante;

II - graves, aquelas em que seja verificada uma circunstância agravante;

III - gravíssimas, aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais situações agravantes.

Art. 49 - São circunstâncias atenuantes:

I - ser primário o infrator;

II - não ter sido a ação do infrator, fundamental para a ocorrência do evento; ou

III - procurar o infrator, espontaneamente, reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública, que lhe foi imputado.

Art. 50 - São circunstâncias agravantes:

I - ser reincidente o infrator;

II - ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo, pelo público, de produto elaborado em desacordo com o disposto na legislação sanitária;

III - ter o infrator coagido outrem para a execução material da infração;

IV - ter a infração conseqüências danosas à saúde pública;

V - deixar o infrator, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, de tomar as providências de sua alçada tendentes a evitá-lo ou a minorar o dano; ou

VI - ter o infrator agido com dolo.

§ 1º - A reincidência torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a infração caracterizada como gravíssima, ou nos casos especificados nesta lei, determina o cancelamento da autorização de funcionamento da empresa.

§ 2º - Havendo concurso de circunstâncias atenuantes ou agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

Art. 51 - Para imposição da pena e sua graduação, a autoridade sanitária levará em conta:

I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas conseqüências para a saúde pública;

III - os antecedentes do infrator, quanto a outras infringências à legislação sanitária.

Art. 52 - As infrações sanitárias que configurem ilícitos penais serão comunicados à autoridade policial ou ao Ministério Público.

Art. 53 - As infrações que envolvam responsabilidade técnica serão comunicadas, pela autoridade sanitária, ao órgão de classe de que faça parte o infrator.

Art. 54 - A constatação de infração poderá ser objeto de comunicação aos órgãos competentes por qualquer do povo, sendo dever do servidor público.

## Seção II

### Das Sanções Administrativas

Art. 55 - Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, e das penalidades contratualmente previstas, as infrações e este Código serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as seguintes penas:

I - advertência;

II - pena educativa;

III - apreensão do produto e/ou equipamento;

IV - inutilização do produto e/ou equipamento;

V - suspensão de venda ou fabricação do produto;

VI - cancelamento do registro do produto, quando estadual;

VII - interdição, cautelar ou definitiva, total ou parcial, do estabelecimento, obra, produto e/ou equipamento utilizado no processo produtivo;

VIII - cassação da licença sanitária;

IX - imposição de contrapropaganda;

X - cancelamento da autorização de funcionamento de empresas;

XI - multa;

XII - imposição de mensagem retificadora;

XIII - suspensão de propaganda e publicidade.

Art. 56 - A pena de advertência será aplicada verbalmente ou por escrito, e dela será mantido registro pelo órgão advertente.

Art. 57 - A pena educativa consiste:

I - na divulgação, pela autoridade sanitária, da infração e das medidas adotadas;

II - na reciclagem técnica do responsável pela infração, sob suas expensas;

III - na veiculação, pelo infrator e com custas sob sua responsabilidade, das mensagens expedidas pelo SUS, acerca do objeto da penalização.

Art. 58 - As penas de apreensão, inutilização, suspensão de venda ou fabricação e cancelamento do registro do produto ou equipamento serão aplicadas sempre que se mostrem necessárias para evitar risco ou dano à saúde.

Art. 59 - A pena de interdição cautelar, total ou parcial, do estabelecimento, produto ou equipamento será aplicada quando for constatado indício de infração sanitária em que haja risco ou dano à saúde e perdurará até que sejam sanadas as irregularidades.

§ 1º - A pena de interdição cautelar, total ou parcial, poderá, justificadamente tornar-se definitiva.

§ 2º - A extensão da interdição será decidida por ato fundamentado da autoridade sanitária.

Art. 60 - A pena de contra-propaganda será imposta quando da ocorrência de publicidade enganosa ou abusiva, cujo resultado possa constituir risco ou ofensa à saúde.

Art. 61 - A pena de cancelamento da autorização de funcionamento da empresa será aplicada, mediante ato fundamentado da autoridade sanitária quando o infrator for reincidente de infração classificada como gravíssima.

Art. 62 - A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração e a condição econômica do infrator, será aplicada mediante processo administrativo, revertendo-se para o Fundo Estadual ou Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - A pena de multa consiste no pagamento de valores correspondentes a no mínimo 100 Fatores de Correção e Atualização (FCA) e no máximo 10.000 Fatores de Correção e Atualização (FCA), ou baseados em outro indexador que venha a substituí-lo, sendo:

I - nas infrações leves, de 100 a 500 Fatores de Correção e Atualização;

II - nas infrações graves de 501 a 5.000 Fatores de Correção e Atualização;

III - nas infrações gravíssimas, de 5.001 a 10.000 Fatores de Correção e Atualização.

### Seção III

#### Das Infrações Sanitárias e das Penalidades

Art. 63 - Constituem infrações sanitária as condutas tipificadas abaixo:

I - Construir, instalar ou fazer funcionar hospital, posto ou casa de saúde, clínica em geral, casa de repouso, serviço ou unidade de saúde, estabelecimento ou organização afim, que se dedique à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença de órgão sanitário competente, ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes.

Pena - advertência, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

II - Construir, instalar, empreender ou fazer funcionar atividade ou estabelecimento sujeito à fiscalização sanitária como laboratórios de produção de medicamento, droga ou insumo, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais pertinentes.

Pena - advertência, suspensão, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

III - Fazer funcionar, sem assistência de responsável técnico legalmente habilitado, os estabelecimentos onde são produzidos, transformados, comercializados, armazenados, manipulados, analisados, preparados, extraídos, purificados, fracionados, embalados, reembalados, importados, exportados ou expedidos produtos de interesse à saúde.

Pena - advertência, suspensão da venda ou fabricação do produto, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

IV - Extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou utilizar alimentos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, medicamentos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário ou contrariando o disposto em legislação sanitária.

Pena - advertência, apreensão ou inutilização do produto, cancelamento do registro do produto, suspensão da venda ou fabricação do produto, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

V - Cobrar, ou autorizar que terceiros cobrem, dos beneficiários do SUS, relativamente aos recursos e serviços utilizados em seu atendimento.

Pena - advertência e/ou multa.

VI - Recusar a internação do beneficiário do SUS em situação de urgência/emergência, ainda que, no

momento, não haja disponibilidade de leito vago em enfermaria.

Pena - advertência e/ou multa.

VII - Fraudar, falsificar ou adulterar produto sujeito ao controle sanitário.

Pena - advertência, suspensão da venda ou fabricação do produto, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento do registro do produto, cassação da licença sanitária e/ou multa.

VIII - Instalar ou fazer funcionar, sem licença sanitária emitida pelo órgão sanitário competente, estabelecimento industrial, comercial ou de prestação de serviços.

Pena - advertência, interdição e/ou multa.

IX - Rotular produtos sujeitos ao controle sanitário em desacordo com as normas legais.

Pena - advertência, suspensão da venda ou fabricação do produto, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento do registro e/ou multa.

X - Deixar de observar as normas de biosegurança e controle de infecções hospitalares e ambulatoriais estipuladas na legislação sanitária vigente.

Pena - advertência, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XI - Importar ou exportar, expor à venda ou entregar ao consumo produto sujeito ao controle sanitário que esteja deteriorado, alterado, adulterado, fraudado, avariado, falsificado, com prazo de validade expirado, ou apor-lhe nova data de validade.

Pena - advertência, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XII - Comercializar ou armazenar com finalidade de venda, produtos sujeitos ao controle sanitário destinados exclusivamente à distribuição gratuita.

Pena - advertência, apreensão do produto, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XIII - Expor à venda manter em depósito ou transportar produto sujeito ao controle sanitário, que exija cuidados especiais de conservação, sem a observância das cautelas e das condições necessárias à sua preservação.

Pena - advertência, apreensão e inutilização do produto, interdição, cancelamento do registro, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XIV - Fazer propaganda de serviço ou produto sujeito ao controle sanitário em desacordo com a legislação sanitária.

Pena - advertência, proibição e/ou suspensão de propaganda e publicidade, contrapropaganda, suspensão de venda ou fabricação do produto, imposição de mensagem retificadora e/ou multa.

XV - Aviar receita médica, odontológica ou veterinária em desacordo com prescrição ou determinação expressa em lei ou normas regulamentares.

Pena - advertência, pena educativa, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XVI - Deixar de fornecer à autoridade sanitária dados de interesse à saúde, sobre serviços, matérias pri-

mas, substâncias utilizadas, processos produtivos e produtos e subprodutos utilizados.

Pena - advertência, apreensão ou inutilização do produto, suspensão da venda ou fabricação do produto, interdição, cancelamento do registro do produto, cassação da licença sanitária, proibição de propaganda e/ou multa.

XVII- Contrariar normas legais com relação ao controle da poluição e contaminação no ar, do solo, e da água, bem como da poluição sonora com evidências de prejuízos à saúde pública.

Pena - advertência, pena educativa, interdição e/ou multa.

XVIII - Reaproveitar vasilhame de quaisquer produtos nocivos à saúde para embalagens e venda de alimentos, bebidas, medicamentos, drogas, substâncias, produtos de higiene, produtos dietéticos, cosméticos ou perfumes.

Pena - advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento do registro, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XIX - Manter, em estabelecimento sujeito a controle e fiscalização sanitária, animal doméstico que coloque em risco a sanidade de alimentos e outros produtos de interesse à saúde, ou que comprometa a higiene do local.

Pena - advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento do registro, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XX - Coletar, processar, utilizar e/ou comercializar o sangue e hemoderivados em desacordo com as normas legais.

Pena - advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XXI - comercializar ou utilizar placentas, órgãos, glândulas ou hormônios humanos, contrariando as normas legais.

Pena - advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XXII - Utilizar, na preparação de hormônio, órgão de animal doente ou que apresente sinais de decomposição.

Pena - advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, suspensão de venda ou fabricação do produto, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XXIII - Deixar de notificar doença ou outro agravo à saúde, quando tiver o dever legal de fazê-lo.

Pena - advertência, pena educativa e/ou multa.

XXIV - Deixar de notificar epidemia de qualquer doença ou outro agravo à saúde mesmo que não sejam de notificação obrigatória.

Pena - advertência, pena educativa e/ou multa.

XXV - Deixar de preencher, clara e corretamente, a declaração de óbito segundo as normas da Classificação Internacional de Doenças e/ou recusar esclarecer ou com-

pletar a declaração de óbito, quando a isso solicitado pela autoridade sanitária.

Pena - advertência, pena educativa e/ou multa.

XXVI - Deixar de preencher, clara e corretamente, e/ou reter a declaração de nascido vivo, não enviando-a ao serviço de saúde competente.

Pena - advertência, pena educativa e/ou multa.

XXVII - Reter atestado de vacinação obrigatória e/ou dificultar, deixar de executar ou opor-se à execução de medidas sanitárias destinadas à prevenção de doenças transmissíveis.

Pena - advertência, pena educativa, interdição e/ou multa.

XXVIII - Opor-se à exigência de provas diagnósticas ou a sua execução pela autoridade sanitária.

Pena - advertência, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XXIX - Aplicar raticidas, agrotóxicos, preservantes de madeira, produtos de uso veterinário, solventes, produtos químicos ou outras substâncias sem observar os procedimentos necessários à proteção da saúde das pessoas e dos animais.

Pena - advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

XXX - Reciclar resíduos infectantes gerados por estabelecimento prestador de serviços de saúde.

Pena - advertência, interdição e/ou multa.

XXXI - Proceder à cremação de cadáver ou utilizá-lo, contrariando as normas sanitárias pertinentes.

Pena - advertência, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XXXII - Impedir o sacrifício de animal considerado perigoso para a saúde pública

Pena- advertência e/ou multa.

XXXIII - Manter condição de trabalho que cause dano à saúde do trabalhador.

Pena - advertência, interdição e/ou multa.

XXXIV - Construir obras sem os padrões de segurança e higiene indispensáveis à saúde do trabalhador.

Pena - advertência, interdição e/ou multa.

XXXV - Adotar, na área de saneamento básico ou ambiental, procedimento que cause dano à saúde pública.

Pena - advertência, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XXXVI - Distribuir água que não atenda a padrões de potabilidade vigentes, ou sem controle de qualidade, ou sem divulgação adequada de informações sobre a mesma ao consumidor.

Pena - advertência, interdição, contrapropaganda e/ou multa.

XXXVII - Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes, no exercício de suas funções.

Pena - advertência e/ou multa.

XXXVIII - Fornecer ou comercializar medicamento, droga, ou correlato sujeito à prescrição médica,

sem observância dessa exigência ou contrariando as normas vigentes.

Pena - advertência, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XXXIX - Executar toda e qualquer etapa do processo produtivo, inclusive transporte e utilização de produto ou resíduo perigoso, tóxico ou explosivo, inflamável, corrosivo, emissor de radiação ionizante, entre outros, contrariando a legislação sanitária vigente.

Pena - advertência, pena educativa, apreensão ou inutilização do produto, interdição, suspensão de venda, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XL - Deixar de observar as condições higiênico-sanitárias na manipulação de produtos de interesse a saúde, quanto ao estabelecimento, aos equipamentos, utensílios e funcionários.

Pena - advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XLI - Fabricar ou fazer operar máquina, equipamento ou dispositivo que ofereça risco à saúde do trabalhador.

Pena - advertência, pena educativa, apreensão ou inutilização do equipamento, suspensão da venda ou fabricação do produto, interdição, cassação da licença sanitária, proibição de propaganda e/ou multa.

XLII - Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias pelas empresas de transportes, seus agentes e consignatários, comandantes ou responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, ferrovias, veículos terrestres, nacionais ou estrangeiros.

Pena - advertência, pena educativa e/ou multa.

XLIII - Inobservância, por parte do proprietário ou de quem detenha sua posse, de exigência sanitária relativa a imóvel ou equipamento.

Pena - advertência, pena educativa, apreensão ou inutilização do equipamento, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XLIV - Transgredir qualquer norma legal ou regulamentar destinada à promoção, proteção e recuperação da saúde.

Pena - advertência, pena educativa, interdição, suspensão da venda ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, proibição de propaganda, cassação da licença sanitária, imposição de contrapropaganda e/ou multa.

XLV - Dispensar medicamentos, através de via postal, sem autorização da autoridade sanitária competente.

Pena - advertência, apreensão do produto, cassação da licença sanitária, interdição e/ou multa.

XLVI - Exercer e/ou permitir o exercício de encargos relacionados com a promoção e recuperação da saúde por pessoas sem a necessária habilitação legal.

Pena - advertência, interdição e/ou multa.

XLVII - Não adotar medidas preventivas de controle ou favorecer as condições para proliferação de vetores de interesse à saúde pública.

Pena - advertência, pena educativa e/ou multa.

XLVIII - Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias, por pessoas física ou jurídica, que operem a prestação de serviços de interesse da saúde pública em embarcações, aeronaves, veículos terrestres, terminais alfandegados, terminais aeroportuários ou portuários, estações e passagens de fronteira e pontos de apoio de veículos terrestres.

Pena - advertência, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento e/ou multa.

XLIX - Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias, por empresas administradoras de terminais alfandegados, terminais aeroportuários ou portuários, estações e passagens de fronteira e pontos de apoio de veículos terrestres.

Pena - advertência, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento e/ou multa.

L - Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias relacionadas à importação ou exportação, por pessoas física ou jurídica, de matérias-primas ou produtos sob vigilância sanitária.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa.

LI - Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias relacionadas a estabelecimentos e às boas práticas de fabricação de matérias-primas e de produtos sob vigilância sanitária.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa.

LII - Proceder a mudança de estabelecimento de armazenagem de produto importado sob interdição, sem autorização do órgão sanitário competente.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa.

LIII - Proceder a comercialização de produto importado sob interdição.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa.

LIV - Deixar de garantir, em estabelecimentos destinados à armazenagem e/ou distribuição de produtos sob vigilância sanitária, a manutenção dos padrões de identidade e qualidade de produtos importados sob interdição ou aguardando inspeção física.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa.

Parágrafo Único - A interdição prevista no inciso XXXV poderá abranger todo o sistema de coleta ou distribuição.

Art. 64 - As infrações às disposições legais e regulamentares prescrevem em cinco anos.

§ 1º - A prescrição interrompe-se pela notificação ou outro ato da autoridade competente que objetive a sua apuração e conseqüente imposição de pena.

§ 2º - Não corre prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

#### **Seção IV**

##### **Do Processo Administrativo**

Art. 65 - As infrações sanitárias serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura de auto de infração, observados o rito e prazos estabelecidos nesta lei.

Art. 66 - O auto de infração será lavrado na sede da repartição competente ou no local em que for verificada a infração, pela autoridade sanitária que a houver constatado, devendo conter:

I - nome do infrator, seu domicílio e residência, bem como outros elementos necessários a sua qualificação e identidade civil;

II - local, data e hora da lavratura onde a infração foi verificada;

III - descrição da infração e menção do dispositivo legal ou regulamentar transgredido;

IV - penalidade a que está sujeito o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza sua imposição;

V - ciência pelo autuado de que responderá a processo administrativo;

VI - assinatura do autuado ou, na sua ausência ou recusa, de duas testemunhas e do autuante, com menção da ausência ou recusa;

VII - prazo para interposição de recurso, quando cabível.

§ 1º - Se a irregularidade ou infração não constituir perigo iminente para a saúde, a critério da autoridade sanitária, o infrator será intimado, na sede da repartição competente ou no local da ocorrência, para, no prazo de até 90 dias, fixado pela autoridade sanitária, proceder a regularização.

§ 2º - O termo de intimação conterá dados suficientes para identificar o infrator e a infração, além de esclarecer a situação legal deste.

§ 3º - Persistindo a irregularidade ou infração, terá prosseguimento o processo administrativo sanitário.

Art. 67 - O infrator será notificado para ciência do auto de infração e defesa:

I - pessoalmente;

II - pelo correio;

III - por edital, se não for localizado.

§ 1º - Se o infrator for notificado pessoalmente e recusar-se a exarar ciência, deverá essa circunstância ser mencionada expressamente pela autoridade que efetuou a notificação.

§ 2º - O edital referido no inciso III deste artigo, será publicado na imprensa oficial, considerando-se efetivada a notificação cinco dias após a publicação.

Art. 68 - A autoridade sanitária poderá, desde que necessário para a apuração de irregularidade ou infração, proceder a apreensão de amostra de produto para realização de análise e elaboração de laudo.

Art. 69 - Após a notificação, o infrator terá prazo de quinze dias para apresentar defesa.

Art. 70 - Decorrido o prazo de defesa, e após ouvir o autuante e examinar as provas colhidas, a autoridade competente decidirá fundamentadamente.

Art. 71 - Decidida a aplicação de penalidade, caberá recurso, em primeira instância, à autoridade superior, dentro da esfera governamental sob cuja jurisdição se haja instaurado o processo.

Art. 72 - Da decisão da autoridade superior, mantendo ou não a aplicação da penalidade, caberá recurso em segunda e última instância ao Secretário de Estado da Saúde ou ao Secretário Municipal da Saúde, conforme a jurisdição em que se haja instaurado o processo.

Art. 73 - Os prazos para interposição de quaisquer recursos, no procedimento administrativo sanitário, são de dez dias a contar da notificação da decisão.

Art. 74 - os recursos não terão efeito suspensivo.

Parágrafo Único - Poderá, entretanto, a autoridade a quem é dirigido o recurso, em cognição sumária e revogável a qualquer tempo, determinar a suspensão da aplicação da penalidade.

Art. 75 - As penalidades previstas nesta lei serão aplicadas pelas autoridades competentes da Secretaria Estadual da Saúde/Instituto de Saúde do Paraná e dos municípios, conforme atribuições que lhe sejam conferidas.

#### **Capítulo IV**

##### **Disposições Finais**

Art. 76 - Fica criado o Sistema Estadual de Auditoria e Avaliação que compreende o conjunto de órgãos do SUS que exercem a fiscalização técnica-científica, contábil, financeira e patrimonial das ações e dos serviços de saúde, além de avaliar o seu desempenho, qualidade e resolubilidade.

Parágrafo Único - A estrutura e funcionamento do Sistema Estadual de Auditoria e Avaliação será regulamentada por ato do Secretário de Estado da Saúde.

Art. 77 - O indivíduo e seus familiares ou responsáveis deverão ser informados sobre sua situação de saúde, etapas do tratamento, formas alternativas, métodos específicos a serem utilizados, possíveis sofrimentos decorrentes, riscos, efeitos colaterais e benefícios do tratamento necessário.

Art. 78 - Os estabelecimentos que dispensem medicamentos deverão manter à disposição dos consumidores, lista atualizada dos medicamentos genéricos conforme publicação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 79 - Durante o internamento de crianças e adolescentes nos estabelecimentos do SUS, serão proporcionadas condições mínimas adequadas para permanência de um dos pais ou responsável, com o menor, em período integral.

Art. 80 - Deverão ser mantidos, no âmbito do SUS, serviços de orientação e informação sobre a sexualidade humana e a auto-regulação da fertilidade, preservada a liberdade do indivíduo para exercer a procriação ou para evitá-la.

Art. 81 - Deverá ser facilitado à população idosa ou portadora de deficiência o acesso aos serviços de atendimento através da adequação arquitetônica da rede física do SUS.

Art. 82 - O SUS, pelo seu corpo clínico especializado, prestará atendimento médico para a prática do aborto legalmente autorizado.

Art. 83 - O SUS deverá assegurar ao indivíduo, a realização de cirurgias reparadoras, nos casos que sabidamente essa intervenção diminuirá a incapacidade e corrigirá deformidades, propiciando uma melhora na qualidade de vida do indivíduo.

Art. 84 - Aos pacientes do SUS não se admite tratamento diferenciado nos hospitais públicos e nos serviços contratados ou conveniados.

Art. 85 - Todas as unidades de saúde que possuem vínculos com o SUS, próprias, contratadas ou conveniadas, ambulatoriais ou hospitalares, deverão expor, em local visível e de maior acesso dos usuários, placa ou cartaz, onde obrigatoriamente deve constar a proibição da cobrança pelos serviços prestados pelo SUS.

Art. 86 - A direção estadual do SUS poderá firmar convênios com hospitais universitários e de ensino, públi-

cos ou privados, que estabelecerão, dentre outros, os encargos dos hospitais universitários no tocante à formação de recursos humanos, a adequação da formação profissional às novas exigências da política de saúde, à atualização continuada da habilitação técnico-científica do profissional, à pesquisa e à transferência de novos conhecimentos na área das ciências da saúde, e à adoção de práticas assistenciais alternativas exigidas pela realidade nosológica.

Art. 87 - As normas deste Código não afastam outras cujo objeto seja a prevenção, promoção, manutenção e recuperação da saúde e garantia do direito de saúde de todo cidadão.

Art. 88 - Esta lei será regulamentada por ato do Poder Executivo no prazo de 180 dias de sua entrada em vigor.

Parágrafo Único - Enquanto não for editado o regulamento a que se refere o artigo antecedente, a regulamentação deste Código dar-se-á através de atos do Secretário Estadual de Saúde, respeitada a competência municipal para tanto, bem como continuarão sendo aplicáveis, no que couberem, as disposições do Decreto Estadual nº 3641/77.

Art. 89 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 88 deste Código, revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.10.2001.

(aa) ALGACI TULIO

Presidente e Relator

Em votação.

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

Verificação de votação.

Os deputados que aprovam o projeto, queriam levantar-se.

Não há quórum suficiente para aprovação e continuação da Sessão.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, na Sessão de ontem, li uma carta da Associação dos Pescadores de Pontal do Paraná e ao mesmo tempo falei novamente da situação crítica que vivem os pescadores, de um modo geral, de todo nosso Paraná, de todo nosso litoral, com a mesma preocupação que tem também o deputado Marcos Isfer, que é uma área que nós damos uma cobertura, em relação, ao nosso litoral.

Quero registrar aqui a presença do presidente da Associação dos Pescadores de Guaratuba, companheiro Álvaro Cunha, que também está preocupado por que correm rumores em Guaratuba, de que o Paranaurbano vai

reduzir o valor que é repassado para as colônias de pescadores através do Paraná Doze Meses.

Queria, encarecer então, à Liderança do Governo, para que reveja essa situação, para que não vejamos uma vez sacrificado o pescador que já tem uma situação difícil em tempo normal, com clima normal.

Agora, com situação crítica como essa, do encalhe do navio em Paranaguá, que ainda está lá e cuja operação começa no dia de hoje. Vai levar cinco dias. A pesca está proibida. Não pode pescar, não pode comercializar. Se não pode comercializar, não pode pescar, dificuldade para sobrevivência.

Distribuir cesta básica não é suficiente. Tem a luz para pagar, se tem água encanada, tem que pagar, tem que comprar o remédio, tem que comprar material escolar para os filhos, tem que sobreviver!

Então, é necessário que nesta hora o governo tenha a sensibilidade de não sacrificar mais ainda essa categoria, que já é sofrida por natureza, e pela natureza do trabalho que desempenha.

Então, é o apelo que faço, que faz o deputado Marcos Isfer, nós que pretendíamos no dia de amanhã, fazer uma audiência pública na Associação Comercial de Paranaguá, para tratar de todo um contesto, em função do acidente com o navio que não se trata apenas de uma questão de meio ambiente, uma questão ecológica. Mas trata-se também de uma questão social e econômica que abrange todo o litoral do Paraná.

Infelizmente, em função de que a operação do navio de transbordo do navio ainda está no começo agora e só vai terminar daqui 3 ou 4 dias, nós vamos protelar para a semana que vem, aí sim, encerrado o problema do navio, o porto volta à atividade normal.

Aí sim, é a hora de chamar os segmentos da sociedade, pescadores, Associação Comercial, Sindicatos, enfim, a todos que estão envolvidos nessa área, para que se faça um amplo debate.

Nesse sentido, então, registrando a presença do Álvaro, dizer dessa preocupação que temos nós, em relação aos pescadores.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas quero comunicar à Casa, porque me senti profundamente injuriado e inclusive V. Exa. também, aliás, V. Exa. é o carro chefe que estava na tribuna, de uma avaliação dos incidentes nos Estados Unidos e em um aparte, o deputado Waldyr e o deputado José Maria, originou uma manchete absolutamente inverídica do jornal "A Cidade" de Cascavel.

E utilizando até meio na forma como se fazia na ditadura, antigamente, chamado "dedo duro", pegando uma edição do jornal, na visão do jornal, e segundo li na seqüência, encaminhando para a embaixada americana, e tal.

Nesse jornal citava que fomos todos a favor dos atos terroristas dos Estados Unidos, que é absolutamente inverídico e não foi essa a análise.

De qualquer forma, vi distribuições na região, do jornal, onde aliás nunca teve distribuição; alguém deve ter comprado jornais para distribuir.

Entrei com uma ação, de direito de resposta e de danos morais, e no dia de ontem, foi concedido pelo juiz, o direito de resposta, e ao proceder essa resposta, eu, particularmente o fiz, não estou envolvendo o nome de ninguém, fiz em meu nome, porque não admito que com 18 anos de mandato nesta Casa, pessoas que conhecem muito bem a minha biografia, venham tentar, num momento de tensão como esse, V. Exa. pode perceber inclusive as tensões que existem na nossa fronteira, onde eu faço política, em Foz do Iguaçu, com centrais telefônicas e coisas assemelhadas, e daqui a pouco misturam uma coisa dessas com uma ação aqui dentro da Assembléia, totalmente fora do contexto, por razões inconfessáveis.

Não sei, talvez para dar um troco na gente, porque votamos contra a venda da Copel, não sei porquê.

Mas, enfim, a Justiça nos dá esse direito de resposta.

E na seqüência, vamos continuar com o processo de danos morais.

Era essa a comunicação que eu queria fazer nesta Casa.

#### O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 29 à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 447/97; 083/99; 232, 318, 370, 413, 429 e 430/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 431/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 377, 378/2001 e do Projeto de Resolução nº 032/2001.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/2001.

Levanta-se a Sessão.

#### Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 93/2001

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ROSELI GOBBO DE ARAUJO,



matrícula nº 40.393, de quarenta e cinco (45) dias, para acompanhar a filha menor Fernanda Araujo, que encontra-se em casa no sistema de Home Care, necessitando de vigilância constante, a partir de 13 de setembro de 2001, término 28 de outubro de 2001. CID.Q.91-3.

(Prot. nº 10127/2001)

#### PORTARIA Nº 94/2001

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ANA MARIA ANTUNES, matrícula nº 40.203, de trinta (30) dias, a partir de 20 de setembro de 2001, término em 20 de outubro de 2001. CID 298.0/7.

(Prot. 10049/2001)

#### PORTARIA Nº 95/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público, de LINDAMIR COLONTONIO, matrícula nº 40.984, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo nível E-G, e lotada no gabinete do Deputado Ricardo Chab, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 9724/2001)

#### PORTARIA Nº 96/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público, de MIRLON JOSÉ CAVALARI, matrícula nº 40.195 funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo, nível 61, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03.10.2001.

(Prot. nº 7709/2001)

#### PORTARIA Nº 97/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público, de CÉLIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS, matrícula 40.942 funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo, nível 61, e lotada na

Diretoria de Serviços Especiais, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17.10.2001.

(Prot. nº 7515/2000)

#### PORTARIA Nº 98/2001

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo MARCIA BORIO WOJTUNIK, matrícula 41.010, de sessenta (60) dias, a partir de 03 de outubro de 2001, término em 01 de dezembro de 2001. CID.10M65.4.

(Prot. 11165/2001)

#### PORTARIA 99/2001

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, WILMA ALVES GOUVEIA, matrícula nº 40588, de cento e vinte (120) dias, a partir de 10 de outubro de 2001, término em 06 de fevereiro de 2001. CID.11.

(PROT. 11166/2001)

#### PORTARIA Nº 100/2001

conceder, licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, ACIOLY BATISTA, matrícula nº 40.928, de noventa (90) dias, a partir de 16 de outubro de 2001, término em 14 de janeiro de 2001. CID.813.4/5/ CID.10b.18.2.

(Prot. 11167/2001)

#### PORTARIA Nº 101/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público, de PAULO CÉSAR ABDALLA FESTA, matrícula nº 40873, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo, nível 61, é lotado na Diretoria Financeira da Casa, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 10381/2001)

(a) Gabinete da Diretoria Geral, em 24.10.2001.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

**Ata de Comissão:****COMISSÃO PARLAMENTAR DE  
INQUÉRITO DO FÓRUM DE CURITIBA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos doze dias do mês de outubro de dois mil e um, na biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do senhor deputado Duílio Genari, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Fórum de Curitiba, com a presença dos seguintes senhores deputados: Eli Ghellere, Marcos Isfer, Custódio da Silva, Hermes Fonseca e Ricardo Chab. Havendo número legal o senhor presidente deu início aos trabalhos. Após considerações dos senhores deputados ficou decidido a oitiva de algumas pessoas relacionadas com a

decisão de embargar as obras do Fórum de Curitiba, no caso o ex-deputado Luiz Henrique Bona Turra. Decidiu-se convocar também o senhor Augusto Canto Neto, secretário de Estado de Obras, o senhor Moysés Castanhas e um representante do CREA. Na ocasião foi votada a indicação do funcionário Alan Marcos Andrade, matrícula 40111, advogado da Coordenadoria de Apoio às Comissões para secretariar a Comissão. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, os quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos deputados membros desta Comissão e por Alan Marcos Andrade, secretário da Comissão.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
Alan Marcos Andrade - Secretário